



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
(CONSEPE) N.º 10/2014**

Dispõe sobre a criação do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Segurança Viária Urbana: problemas estruturais, desafios e alternativas gerenciais regional e local (*Campus* de Araguaína).

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, da Universidade Federal do Tocantins – UFT, reunido em sessão ordinária no dia 14 de agosto de 2014, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a criação do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Segurança Viária Urbana: problemas estruturais, desafios e alternativas gerenciais regional e local (*Campus* de Araguaína), conforme Projeto anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Palmas, 14 de agosto de 2014.

Prof. Márcio Silveira
Presidente

emc.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Anexo à Resolução n.º 10/2014 do Consepe

CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA
NUPEV – Núcleo de Estudos e Pesquisas da Violência
(Criado pela Res. n.19/2006 – CONSEPE)

Projeto de Criação de Curso de Pós-graduação
Lato Sensu em Segurança Pública

**Segurança Viária Urbana: problemas estruturais, desafios e
alternativas gerenciais nacional, regional e local.**

Coordenador
Dr. Dimas José Batista

2014

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	4
2. DIAGNÓSTICO (ANTECEDENTES OU HISTÓRICO)	5
2.1. Histórico Institucional	5
2.2. Histórico Geral	7
2.2.1 Formação Administrativa	7
2.2.2. Segurança viária e a realidade social de Araguaína	8
3. JUSTIFICATIVA	9
4. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E ESTRUTURA DISPONÍVEL	12
4.1. Biblioteca do Campus – Horário de Funcionamento	14
4.1.1. Acervo	14
4.1.1.2. Divisão do Acervo por Área do Conhecimento	14
4.1.1.3. Políticas de Atualização e Expansão do Acervo	16
4.1.1.4. Quadros de Pessoal Técnico Administrativo	16
5. OBJETIVOS	16
5.1 Objetivo Geral	16
5.2 Objetivos Específicos	17
6. METAS	17
6.1. Metas a serem atingidas	17
7. METODOLOGIA DO CURSO	19
7.1. Avaliação	20
7.1.1. Avaliação Formal	20
7.1.1.2 Auto-avaliação	21
7.2. Monografia/TCC	21
7.3. Certificação	22
8. PLANO DE CURSO	22
8.1. Cronograma das disciplinas: (previsão 2014-2015)	34
8.2. Critérios de inscrição e seleção	35
8.2.1. Da inscrição	35
8.2.2. Da Seleção	36
9. DETALHAMENTO DOS CUSTOS	36
9.1 Planilha Geral: Receita e Despesas	36
9.2 Quadro de profissionais do curso	37
9.2.1 Quadro sinóptico do currículo dos Docentes	37
10. PRAZO DE EXECUÇÃO – (2014-2016)	40
10.1 Processo Seletivo	40
10.2. Cronograma de Execução dos Módulos I A IV (2014-2016)	40
10.3. Cronograma de Execução das Monografias e Certificação (2015-2016)	41
11. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	42
12. CONTINUIDADE DAS AÇÕES	44

ANEXO II
PROJETO DE CURSO

1. IDENTIFICAÇÃO DE CURSO

Título do Projeto

Segurança Viária Urbana: problemas estruturais, desafios e alternativas gerenciais regional e local.

1.1. Identificação do Curso

Unidade ou Órgão responsável pelo desenvolvimento do projeto:

Universidade Federal do Tocantins - UFT

Unid./Órgão Executor:

Campus Universitário de Araguaína História– NUPEV/UFT

Coordenador (a) do Projeto:

Prof. Dr. Dimas José Batista

Fone/E-mail do Coordenador:

(63) 2112-2223/ (63) 3414-5085/ 8100-0201 – 9217-3367- dimas@uft.edu.br,
dimasjd@yahoo.com.br

Prazo de Vigência:

Início: Dezembro/2014

Término das disciplinas: Dezembro/2015

Partícipes do Projeto

Concedente: FNSP

Conveniente: Universidade Federal do Tocantins/UFT

Executor: História/NUPEV/UFT

Duração: 1 (um) ano

Carga Horária: Total: 450 h/a

Modalidade: Curso de pós-graduação *Lato Sensu* (presencial)

Número de vagas: 40

Público Alvo: Policiais Civis, Policiais Militares, Bombeiros Militares e Guardas Municipais, conforme o edital 01/2014.

2. Diagnóstico (antecedentes ou histórico)

2.1. Histórico Institucional

A Universidade Federal do Tocantins/UFT é bastante jovem e está em processo de estruturação. Possui 8.121 alunos; 450 professores, sendo 162 mestres e 92 doutores, 25 cursos nas áreas de Administração, Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Ciência da Computação, Ciências Econômicas, Comunicação Social, Direito, Engenharia de Alimentos, Engenharia Ambiental, Geografia, História, Letras, Matemática, Medicina, Medicina Veterinária, Zootecnia e Pedagogia. Os cursos estão distribuídos em 7 (sete) cidades do Estado, a saber: Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis. A proposta de instauração do processo Estatuinte na Universidade aponta para um dos grandes desafios da IES, aprofundando temas relevantes para a sociedade tocantinense e brasileira como a desigualdade racial, econômica, regional e social – bem como a área de segurança pública – temas que estão na pauta de discussões internas da universidade que devem se estender à toda a sociedade no Estado.

Segundo o censo do IBGE (2010), a população tocantinense totaliza 1.383.445 habitantes. Os dados médios dos censos do IBGE revelaram que 657.539 se declararam de cor parda (56,8%), 387.354 se declararam brancos (33,4%), 87.790 se declararam pretos e 7.500 se declararam indígenas (0,6%). A Comissão Especial para a Promoção de Políticas de Igualdade Racial da UFT, busca sensibilizar a comunidade acadêmica para a necessidade de pensar mecanismos de acesso e permanência na Universidade, sob a ótica da diversidade, já que pesquisas recentes tem demonstrado, o diminuto percentual de negros e indígenas nas universidades brasileiras e, por outro lado, sua maciça presença no sistema prisional nacional, regional e local. Esse fato já indica a necessidade de intervenção dos órgãos públicos.

A Universidade Federal do Tocantins, através da Pró-Reitoria de Extensão – PROEX tem desenvolvido ações fundamentais para a promoção da dignidade e dos direitos humanos. A PROEX criada em setembro de 2003, coordena as atividades de extensão universitária dos diversos setores da universidade, apoiando programas, projetos e ações nestas áreas. A PROEX sistematiza seu trabalho de acordo com as diretrizes do Plano Nacional de Extensão, formulado em conjunto com as universidades públicas do Brasil, e está dividida em diretorias, que atuam em diferentes campos ligados aos direitos humanos e promoção da igualdade e garantia da cidadania no âmbito da universidade em sintonia com a sociedade tocantinense. As diretorias que compõem a Pró-Reitoria de extensão são as de: Ação Comunitária, Arte e Cultura, Assuntos Estudantis, Projetos de Extensão, Igualdade Racial, Direitos Humanos e Administração. Todas direta e indiretamente têm como missão fundamental a defesa de uma política de promoção de direitos, garantia da igualdade social e integração entre a universidade e a sociedade civil.

Desde sua criação as Pró-Reitorias têm desenvolvido e estimulado ações, sempre por meio de editais públicos de valorização da pessoa humana e da juventude na Universidade proporcionando condições para que a comunidade tenha acesso às informações científicas, tecnológicas e culturais, cooperando com a construção de novos conhecimentos e na integração da universidade com a sociedade araguainense e tocantinense em geral. Desenvolve uma política de igualdade racial para grupos “minoritários” e vulneráveis negros e indígenas como fóruns de debate, criação de núcleos, programas de cotas e de alfabetização

de adultos na Diretoria de Ação Comunitária bem como lança, periodicamente, editais de isenção de taxas de ingresso nos programas de vestibulares da universidade.

Na Diretoria de Arte e Cultura desenvolve atividades tais como a promoção de ações artísticas e estéticas experimentais como o Corredor Cultural, o Projeto Salas Integradas e o estímulo às produções teatrais para os jovens universitários aprimorando o senso artístico e estético dos universitários. A título de exemplo note-se a operosidade da Diretoria de Igualdade Racial que apresentou relatório de suas atividades realizadas entre 2004 e 2006, neste relatório podemos observar claramente as vinculações entre as políticas da SEDH e a PROEX.

A presidência desta Comissão foi designada à Profª. Ana Lúcia Pereira, Diretora de Ação Comunitária da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários, na ocasião, que recebeu a incumbência de formar uma equipe afinada com o tema, sensível às reivindicações do movimento negro e indígena, e disposta a elaborar propostas exequíveis para a comunidade acadêmica. A sessão solene que instituiu a Comissão foi uma audiência solicitada pelas lideranças indígenas das nações/etnias: Apinajé, Krahô, Karajá, Javaé e Xerente, com o objetivo de entregar ao Magnífico Reitor, a Carta dos Povos Indígenas contendo uma pauta de reivindicações dos indígenas nas decisões da UFT: garantia de moradia para os estudantes indígenas, tanto na sua concepção como na sua execução; formação de professores indígenas e elaboração de material didático, junto à Secretaria de Estado da Educação e Cultura do Tocantins; garantia de acesso à Universidade (organização de cursinho pré-vestibular; reserva de 0,5% de cotas e elaboração de prova específica no vestibular); Projeto para equipar as escolas indígenas; criação de cursos de graduação para serem ministrados nas áreas indígenas, dentre outras ações institucionais ligadas à garantia dos direitos humanos, formação e valorização da dignidade humana.

A Universidade, como centro dinâmico e socialmente atuante no incansável esforço de criação, aprimoramento e difusão do conhecimento humano não pode se furtar a criar e promover em todos os seus cursos a infraestrutura mínima necessária e o fomento às atividades de ensino, pesquisa e extensão, de tal forma que proporcione, especialmente, aos alunos uma formação profissional cidadã e de qualidade. Neste sentido, o Curso de Licenciatura e bacharelado em História do Campus de Araguaína, mantém um contínuo esforço em promover as ações necessárias de fortalecimento e desenvolvimento da UFT e sua conexão com a sociedade tocantinense. Visando esse propósito foi criado o Núcleo de Estudos e Pesquisas da Violência – NUPEV/UFT, como um órgão de estudos e pesquisas, teóricas e práticas, multi e interdisciplinar; dos fenômenos violentos praticados pelo e contra o Estado e pela e contra a sociedade civil, pelos indivíduos e/ou pela coletividade no seio da sociedade brasileira, tocantinense e araguanense.

Assim, a natureza, a constituição e as finalidades do NUPEV estão intrinsecamente vinculadas às atividades essenciais de pesquisa, ensino e extensão da UFT. A partir da atuação do NUPEV a Universidade – Campus de Araguaína já ofertou e concluiu duas edições do curso de Pós-graduação Lato Sensu em segurança pública intitulado “*Segurança Viária Urbana: problemas estruturais, desafios e alternativas gerenciais regional e local*”, e está realizando uma terceira edição.

A caracterização do sistema ou malha viária urbana do Estado e do município, mesmo que sucintamente, nos auxilia a contextualizar a proposta bem como explicita os principais tipos de crimes e infrações que vem sendo praticados no Estado tanto nas rodovias

como na cidade. Auxilia-nos ainda a traçar um perfil sintomático das práticas criminais que evidenciam, como já apontamos, um quadro criminológico voltado agressivo e que precisa ser redirecionado e adequado para permitir uma convivência saudável, a ordem pública e paz social. Em outras palavras, os dados colhidos junto ao sitio do DNIT, DENATRAN, DETRAN e junto ao 2º BPM apresentam índices de práticas criminais contra a segurança no trânsito que chamam a atenção do poder público e das instituições como a universidade e o NUPEV.

Destaca-se assim a necessidade de preparação e qualificação dos policiais para atuar em situações de baixo impacto e em situações de criminalidade de baixo potencial ofensivo em cooperação com a sociedade e as comunidades: a implementação do policiamento ciclístico comunitário, de rondas a pé; de campanhas e ações preventivas que colham informações e se reúnam com a comunidade para obter informações sobre suas demandas, e particularmente tornando mais específica a ação de combate à criminalidade por zoneamento, enfim, buscando estratégias de aproximação polícia-comunidade-universidade, como estamos demonstrando em toda a proposta.

2.2. Histórico Geral

Foram os silvícolas da tribo Carajá os primitivos habitantes da região compreendida entre os rios Andorinhas e Lontra, afluentes, pela margem direita, do rio Araguaia. Essa extensa área constituiria mais tarde, a maior parte do atual município. Remanescentes dos silvícolas, já aculturados, habitam ainda reduzida reserva, às margens do rio, sob a orientação de um posto da Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

O início do desbravamento ocorreu em 1876, com a chegada de João Batista da Silva e família, procedentes do Piauí. Estabeleceram-se à margem direita do rio Lontra, em local que denominaram Livre-nos Deus, pelo temor permanente do ataque de índios e de animais selvagens. Mais tarde, com a vinda de outras famílias, formou-se o povoado, com o nome de Lontra, por ser numerosa essa espécie no local.

Em razão da falta de estradas, das condições geográficas e climáticas, o povoado não progrediu até que, em 1925, chegaram as famílias de Manoel Barreiro, João Brito, Guilhermino Leal e José Lira erigindo-se o primeiro templo católico.

Em 1949, o povoado Lontra passou a integrar o recém-criado município de Filadélfia. No mesmo ano sua denominação foi mudada para Araguaína, em decorrência do rio Araguaia, que serviria posteriormente, de limite entre o Município e o de Conceição do Araguaia, no Pará. Em 1953, foi transformado em Distrito, e, em 1958, foi criado o Município de Araguaína, instalado em 1959. O grande surto de desenvolvimento econômico-social de Araguaína começou a partir de 1960, com a construção da rodovia Belém-Brasília.

2.2.1 Formação Administrativa

Distrito criado com a denominação de Araguaína, pela Lei Municipal nº 86, de 30-09-1953, com terras desmembradas do distrito de Iviti, subordinado ao município de Filadélfia. Em divisão territorial datada de 1-VII-1955, o distrito de Araguaína, figura no município de Filadélfia. Elevado à categoria de município com a denominação de Araguaína, pela Lei Estadual nº 2125, de 14-11-1958, desmembrado de Filadélfia. Sede no atual distrito Araguaína (ex-povoado). Constituído do distrito sede. instalado em 01-01-1959.

Pela Lei Municipal nº 54, de 15-12-1963, é criado o distrito de Araganã e anexado ao município de Araguaína. Pela Lei Municipal nº 55, de 15-12-1963, é criado o distrito de Murucilândia e anexado ao município de Araguaína. Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o município é constituído de 3 distritos: Araguaína, Araganã e

Muricilândia. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1983. Pela Lei Estadual nº 10510, de 11-05-1988, é criado o distrito de Aragominas e anexado ao município de Araguaína.

Em divisão territorial datada de 1988, o município é constituído de 4 distritos: Araguaína, Aragominas, Araguanã e Muricilândia. Pela Lei Estadual nº 251, de 20-02-1991, alterada pela Lei Estadual nº 498, de 21-12-1992, desmembra do município de Araguaína os distritos de Aragominas, Araguanã e Muricilândia, elevando-os à categoria de município. Em divisão territorial datada de 2003, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

O curso será realizado neste município com a pretensão de atender diretamente aos operadores de segurança da cidade e região norte do Estado, mas isso não exclui a possibilidade que policiais de todo o Estado participem do certame. Conforme se pode ver em tabelas e gráficos em apêndice: há na cidade e região uma demanda por cursos de pós-graduação

Somente a título de exemplo, segundo dados de 2012: temos um total de 955 policiais militares apenas com graduação (Departamento de Ensino, Instrução e Pesquisa, PMTO). Ou seja, 68% do efetivo da polícia militar do Estado possui apenas graduação em diversas áreas **(Ver Apêndice A)**. Sem mencionar os efetivos da polícia civil, corpo de bombeiros militares, peritos criminais, agentes penitenciários, entre outros, que são o público alvo pretendido pelo curso. É evidente que serão beneficiados indiretamente, pois os beneficiários diretos serão os candidatos que forem aprovados no processo seletivo, ou seja, os 40 operadores de segurança pública financiados pela SENASP e os 10 integrantes da sociedade civil tocantinense.

O público alvo que será beneficiado diretamente é composto por policiais civis e militares, corpos de bombeiros militares, peritos judiciais e forenses e guardas municipais financiados pela Senasp/Renaesp num total de 40 profissionais da segurança pública. Porém, indiretamente todos os profissionais da segurança no Estado poderão se beneficiar, pois cada aluno do curso poderá se tornar um multiplicador dos conhecimentos obtidos no curso realizado na cidade de Araguaína.

Com a promoção deste curso pretendemos alcançar alguns resultados: o fortalecimento e reestruturação dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública (CCSP) em Araguaína e expandir a filosofia e a metodologia organizacional e gerencial da polícia comunitária; ampliar as parcerias com os órgãos de segurança pública no Estado; resgatar a memória e a história do 2º BPM de Araguaína, aliás, esta proposta já está em discussão com o comando local; prestar assessoria e consultoria educacional na área de segurança pública aos órgãos e operadores de segurança pública quando necessário, portanto, esses são alguns dos resultados esperados com a realização desta quarta proposta de curso de pós-graduação em segurança viária.

2.2.2 Segurança viária e a realidade social de Araguaína

Estado do Tocantins, segundo os dados do censo de 2010 do IBGE, possui 139 municípios e uma população total de 1.383.445 mil habitantes. As atividades econômicas predominantes são a agropecuária e a agricultura, porém possui nas duas maiores cidades do Estado – Palmas e Araguaína – uma intensa atividade comercial e de prestação de serviços.

A cidade de Araguaína é uma das mais ativas comercial, industrial e agrícola do Estado. Possui a segunda maior população do Estado. Tracemos de modo sucinto um perfil histórico do município para compreender sua inserção local, regional e nacional e para melhor compreendermos onde o projeto será executado.

Esse crescimento urbano acentuado dos últimos 10 anos (2003-2013) não tem sido acompanhado de políticas públicas efetivas para promover uma qualidade de vida adequada aos munícipes.

O DNIT informa que ocorreram nas rodovias do Tocantins 977 acidentes. Em seus quadros estatísticos a instituição apresenta uma radiografia das ocorrências de trânsito no Estado. O **Quadro 0101** mostra o número de acidentes por gravidade da ocorrência ocorridos em 2009. Neste quadro a instituição categorizou os acidentes em: *A.T com morte; com ferido; sem vítima e não informado*. Nota-se prontamente que em 2009 a soma do número de acidentes de trânsito que resultaram em mortes e ferimentos totalizou 496 superando os acidentes sem vítimas (480).

Os dados colhidos no sítio do DNIT, sobre o número de pessoas envolvidas em acidentes por estado físico nas rodovias policiadas do Tocantins, revela um elevado índice de lesões corporais que somadas às mortes totalizou 930 ocorrências. Mas, deve-se destacar que o número de pessoas que saíram ilesas de um total de 3.499 ocorrências é significativo (2.531 pessoas). O Quadro 0302 número de condutores envolvidos por sexo e idade do condutor demonstra que a maioria dos condutores envolvidos em acidentes em 2009 na malha viária do Tocantins é jovem e masculina. A esmagadora maioria de acidentados são homens jovens na faixa etária de 25 a 40 anos.

Outro Quadro 0303 nos traz alguns dados positivos, reflexos, talvez, da aprovação e implementação do Código de Trânsito Brasileiro, sobre o número de condutores envolvidos por uso de cinto ou capacete, pois a grande maioria das pessoas envolvidas nestas ocorrências tanto motociclistas como os demais condutores estavam usando equipamento de segurança. Os dados informam que dos 198 acidentes em que estavam envolvidos motociclistas 166 usavam capacete. Os dados sobre os demais condutores informam que 875 motoristas que sofreram acidentes estavam usando cinto de segurança. A maioria dos condutores estavam usando os equipamentos necessários à segurança no trânsito 1.041 pessoas. Embora os dados sejam positivos vemos no quadro 0403 que o número de vítimas por tipo de usuário das vias públicas é muito elevado motociclistas (180); demais condutores (303) e passageiro (434).

Estamos enfatizando os aspectos ligados ao ser humano, às pessoas que são, juntamente, com os condutores usuários e consumidores da malha viária do Tocantins. No entanto, no sítio do DNIT podem ser consultados maiores informações sobre a situação do sistema viário (rodovias, ferrovias e hidrovias) brasileiro. Os dados para o período de 2009 a 2011 somente demonstram o crescimento dos índices de violência e acidentes de trânsito **(Vide Apêndice A)**

Portanto, para que isso nem chegue a ocorrer nada mais saudável do que prevenção. Os dados colhidos respondem pelo período de 2009 a 2011 e traçam um perfil de uma sociedade que precisa pensar, analisar e propor soluções para a área de trânsito urbano e rodoviário.

3. Justificativa

O curso de Pós-graduação *Lato Sensu* “Segurança Viária Urbana: problemas estruturais, desafios e alternativas gerenciais regional e local” apresenta-se como uma oportunidade adequada de capacitação e aprimoramento das competências e habilidades dos

operadores da segurança pública para atuar na prevenção do crime e da criminalidade no âmbito da segurança do trânsito.

Segundo Christiana Maria Lemos Barbato Montmorency, a OMS afirma que, “a cada hora, quarenta jovens morrem no mundo em decorrência de colisões no trânsito, sendo que para a faixa etária entre 10 e 14 anos os acidentes de trânsito representam a segunda causa de mortes. Em vista de dados alarmantes como este é legítimo, e plenamente justificado, o investimento em pesquisas sobre gestão de trânsito com foco para a preservação da integridade física de crianças e jovens.” (MONTMORENCY, 2012: VIII) Os órgãos gestores de segurança do trânsito têm se preocupado em propor soluções e realizar estudos-avaliativos da qualidade do trânsito em todo o mundo visando reduzir esses índices trágicos.

Neste sentido, o curso de pós-graduação “*Segurança Viária Urbana: problemas estruturais, desafios e alternativas gerenciais regional e local*” propõe-se a capacitar os operadores de segurança – policiais civis, policiais militares, bombeiros militares, profissionais de perícia forense e guardas municipais – para promover o desenvolvimento de *concepções, atitudes e procedimentos* mais integrados a comunidade, especialmente com: os usuários das vias públicas, os órgãos gestores e as instituições de segurança, em que trabalham diuturnamente com a segurança viária urbana, ou seja, o curso visa otimizar o trabalho desses policiais preparando-os para um combate proativo, preventivo, efetivo e produtivo da criminalidade, das infrações, violações de trânsito, constatadas na localidade e região.

Conforme os dados coletados no site do DNIT¹ e junto ao 2ª BPM² do município de Araguaína, os índices de criminalidade violenta expressos nas ocorrências de trânsito, no Estado do Tocantins, e particularmente, na cidade de Araguaína, são dados relativamente alarmantes. Os índices de criminalidade, infrações e lesões no trânsito, no Estado do Tocantins, podem ser considerados acima da média e, portanto, é necessário tomar medidas e adotar políticas públicas urgentes para planejar e adequar o trânsito às exigências sociais da cidade. Exemplo disso é que somente neste ano poder executivo local aprovou a criação de uma agência reguladora do trânsito a AMTT³ Assim, é sempre necessário melhorar e ampliar os níveis de qualificação, treinamento e preparação técnica dos operadores de segurança e dos órgãos de gerenciamento e planejamento para ampliar a segurança viária urbana do Estado do Tocantins.

Os crimes que mais atormentam a população do Estado, e, de Araguaína em particular, são os crimes contra o patrimônio. Os furtos, roubos e arrombamentos preocupam as comunidades, no entanto, os acidentes de trânsito assumem papel relevante como causadores de prejuízos sociais, afetivos, de saúde e econômicos para o Estado. Posto que, a falta de planejamento, gestão e operacionalização da malha viária urbana implica em impactos na área administrativa, educativa e de saúde, especialmente, sobrecarregando o SUS, conforme enfatizam Jorge & Latorre (1994).⁴

¹ Dados de 2009 e 2011 no site www.dnit.gov.br

² Os dados foram coletados e tabulados objetivando contextualizar a proposta e identificar o problema criminógeno enfrentado pelo Município e região. Adiante iremos apresentar e comentar esses dados coletados nestes e noutros órgãos.

³ Brasil. Tocantins. Prefeitura Municipal de Araguaína. Lei n. 2.901/2014.

⁴ JORGE, Maria Helena P. de Mello, LATORRE, Maria Rosário D. O. Acidentes de Trânsito no Brasil: dados e tendências. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 10 (Supl. 1): 19-44, 1994.

O curso de Pós-graduação “*Segurança Viária Urbana: problemas estruturais, desafios e alternativas gerenciais regional e local*” enfatizará procedimentos e conceitos que permitam identificar as estratégias mais eficazes de combate a esses delitos, de forma geograficamente definida e por zoneamento urbano, mapeando as áreas mais atingidas e propondo ações específicas de cooperação entre os órgãos de gestão do trânsito, a polícia e a comunidade inspirando um clima de cooperação e confiança. (BEATO, 2007⁵, ROLIM, 2004)

O curso de pós-graduação visa também romper com uma visão tradicionalista pré-existente no seio da corporação de que a “boa” polícia é aquela que reage violentamente. Ou seja, o curso também se justifica por propor uma rediscussão sobre a organização, a administração e gestão da polícia e as formas de interagir com a comunidade buscando operar mudanças atitudinais no seio da corporação.

A criminalidade, a insegurança social e os altos índices de descrédito e desconfiança vivenciados nos dias de hoje exigem a reestruturação dos sistemas policiais no mundo contemporâneo. A necessidade de embasamento e preparação dos policiais e dos operadores da justiça, de mudanças de atitudes e procedimentos internos às corporações e uma maior sinergia com as comunidades são razões que justificam a proposta de capacitação dos agentes e operadores da justiça através do curso “*Segurança Pública: teoria e prática no gerenciamento da polícia comunitária no Estado do Tocantins*”. Para Marcos Theodoro Scheremeta, os princípios doutrinários da polícia comunitária atenderiam às demandas da população por justiça e humanização da justiça. Para o autor, a polícia comunitária “*é entendida como a conjugação de todas as forças vivas da comunidade*” (SCHEREMETA, 2005)

Portanto, essa proposta apresenta-se como uma alternativa, teórica e prática, para discutir o papel da polícia, a função social e política do operador da justiça e das instituições policiais. Mas, oportuniza ainda a reavaliação do papel das comunidades e da sociedade em geral, pois permite que o policial tome atitudes que façam a sociedade abandonar o papel de vítima e assumir uma posição ativa na resolução dos graves problemas da violência e da criminalidade. Viabiliza ainda a oportunidade de a comunidade entender mais profundamente a organização, administração e gestão das políticas de segurança e a engajar-se nesta política. Essas são as razões fundamentais desta proposta que discute a polícia comunitária e sua gestão.

Por fim, vale ressaltar que está proposta de edição do curso de pós-graduação em segurança pública é inteiramente gratuita para o discente seja ele operador da segurança ou membro da sociedade civil. É preciso enfatizar que o curso de História, via NUPEV/UFT já realizou três cursos desta natureza desde 2007. O sucesso e a relevância social dos cursos anteriores motivaram-nos editar esse novo curso versando sobre os problemas, desafios e alternativas no campo da segurança do trânsito.

A cooperação e interação entre a SENASP/RENAESP/NUPEV/UFT data de 2007 quando nos credenciamos e concorremos ao primeiro edital. Os propósitos bem como os objetivos traçados pela Secretaria vieram de encontro com a proposta institucional da Universidade em construir e consolidar uma política de aperfeiçoamento dos órgãos de segurança pública no Estado e no país. A segurança pública passou nos últimos anos a ser

⁵ BEATO, Cláudio. in <http://www.dpi.inpe.br/gilberto/infogeo/infogeo23.pdf>

uma preocupação de todos. A sociedade civil, o Estado e os indivíduos começaram a entender que todos podem contribuir para a paz social, para uma sociedade segura, harmônica e para redução da criminalidade.

O governo federal tem desenvolvido uma série de ações para promover melhorias na área de segurança: cursos à distância, cursos de pós-graduação em segurança, programas de bolsas para policiais, programas de moradia, de melhorias salariais. Todas essas ações e programas desenvolvidos pelos governos e, particularmente, pelo governo federal podem ser conferidos no sítio do Ministério da Justiça e englobam as ações do FNSP– Fundo Nacional de Segurança Pública. Portanto, entendemos que a segurança pública apresenta um cenário favorável e positivo para o período de 2010 a 2016 no Brasil.

Porém, isso não significa dizer que não há muita coisa a ser feita ainda em matéria de segurança pública. Ao contrário, fatos recentes mostram que o sistema penitenciário no Estado e no Brasil requer a atenção dos gestores em segurança pública. A superlotação dos presídios, os estabelecimentos prisionais no Estado requerem a atenção dos administradores, principalmente, no que tange à qualificação dos agentes e dos profissionais envolvidos na execução das tarefas rotineiras de controle e vigilância no sistema prisional. Outro ponto importante refere-se à redução da contratação de agentes que não compõem o quadro efetivo dos agentes penitenciários e, por consequência, a necessidade de contratação por meio de concurso público como preconiza a Constituição Federal de 1988.

Preciso destacar como fator extremamente positivo nas políticas públicas de segurança no Estado e no Brasil o uso crescente de armamentos não-letais: bala de borracha, spray de pimenta, armas de choque, que contribuem com a redução de mortes e ferimentos graves nos confrontos entre a polícia e a sociedade civil. Todos esses equipamentos são úteis para controlar situações graves de desordem, perturbação social ou intranquilidade pública. Mas, a qualificação profissional ainda desponta como o meio mais eficaz de redução e prevenção da criminalidade. Destaco aqui o preparo dos policiais – civis e militares – para a negociação com os agentes infratores e criminosos para evitar a perda de vidas em casos de crimes com reféns.

Por fim, acreditamos que a preparação dos policiais para lidar com as novas técnicas, tecnologias e formas de organização policiais bem como a aproximação entre a polícia e a sociedade, especialmente, proporcionada pela Filosofia do Policiamento Comunitário, desenvolvida no Estado a mais de oito anos, sejam tendências fortes para os anos que se seguem, posso ser contrariado pelos acontecimentos, mas acredito que o governante que assumir a responsabilidade de governar esse grande Estado, cheio de potencialidades não pode perder o foco de que a segurança pública deve ser uma política que envolva: pessoas, equipamentos e qualificação. Não queremos com isso negar o valor e a importância da inteligência, da polícia repressiva e ostensiva, apenas destacar a necessidade de qualificação constante, essa é a tendência atual: qualificar para obter um policiamento integrado e inteligente na região.

4. Localização geográfica e estrutura disponível

O curso será realizado no Campus da Universidade Federal de Araguaína na Unidade Cimba Município de Araguaína promovido e executado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas da Violência – órgão vinculado ao curso de História. Passamos a fazer uma breve

caracterização da localização geográfica e da estrutura disponível para a execução do curso. Quanto à infraestrutura do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Violência – NUPEV/UFT **(Ver Apêndice A – anexo I)**

A cidade de Araguaína, como já dissemos, localiza-se no norte do Estado Tocantins. Município situa-se entre o cerrado e o bioma amazônico. O censo do IBGE (2010) apresenta o seguinte perfil estatístico para a cidade de Araguaína: população 150.484; área da unidade territorial em quilômetros quadrados 4.000,403; densidade demográfica (hab/km) 37,62, distribuição equilibrada entre homens e mulheres no conjunto populacional.

O município, sob o ponto de vista econômico, apresenta o seguinte perfil: possui estabelecimentos agropecuários; estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços, predominando a produção agrícola e a prestação de serviços. População predominantemente composta de pessoas casadas. Em relação ao número de professores temos: ensino fundamental (1.060); Pré-escola (205); ensino Médio (359) representando respectivamente em relação ao Estado 70,8%, 20,4% e 8,9% do oferecimento de ensino nestas modalidades.

Apresenta ainda os seguintes índices de morbidade hospitalar distribuído por homens (518) e mulheres (382). Não estão inclusos nestes dados as informações que estamos trabalhando e aprofundando sobre os dados do INFOPEN e do 2º BPM que retratam o sistema prisional e as ocorrências de práticas criminosas ocorridas entre 2008-2011. O que se pode notar é que configura-se como um município de médio porte, de economia sólida e população em expansão.

A universidade inseriu-se neste contexto municipal como prestadora de serviços educacionais e outros de natureza extensionista e científica, mostremos agora um pouco sobre como a universidade vem contribuindo para o tema segurança pública no município e região, por meio de sua infraestrutura e dos cursos já realizados, pois foram qualificados aproximadamente 120 policiais até o momento.

A infraestrutura do Campus da UFT, em Araguaína, refere-se às instalações disponíveis para a execução do curso. O Curso de História, via Núcleo de Estudos e Pesquisas da Violência – NUPEV, executor do curso, dispõe de 04 salas de aula de 50 metros quadrados, contendo cada uma: ar-condicionado, uma lousa branca, um telão *visograf*, uma mesa e cadeira para o docente e 50 cadeiras para os discentes.

Dispomos ainda de uma sala de aula de 40 metros quadrados, com ar-condicionado, uma lousa branca, um telão *visograf*, mesa e cadeira para o docente, 25 pranchetas de cartografia. Ainda no tocante às instalações, o Colegiado dispõe de uma sala de coordenação com 40 metros quadrados, 01 aparelho de ar-condicionado, 03 mesas de trabalho, 02 computadores com acesso a internet, um aparelho de datashow e um notebook destinado às atividades acadêmicas.

Conta ainda com a seguinte estrutura de apoio aos serviços: Secretaria das coordenações: uma sala de 7,7 metros quadrados, 01 aparelho de ar-condicionado; 02 mesas de trabalho, 01 computador com acesso à internet e 01 impressora.

Secretaria acadêmica com sala de 35 metros quadrados, ar-condicionado, 06 mesas de trabalho, 05 computadores com acesso a internet e impressora, bem como 06 respectivos servidores.

Almoxarifado Central: sala de 30 metros quadrados, que atende à duas unidades do Campus de Araguaína, com produtos de papelaria, escritório, equipamentos e consumo, possui um servidor que presta serviços de apoio.

Logística audiovisual: anexo ao almoxarifado: sala de 10 metros quadrados, 03 aparelhos de TV, 01 aparelho de DVD, 11 Retroprojetores, 01 datashow, 02 *microsystems*, dois aparelhos de som, 04 videocassetes e 01 servidor que auxilia na operacionalização. Sala de projeção: sala de 50 metros quadrados, 01 aparelho de ar-condicionado, 42 computadores, com acesso a internet, à disposição dos acadêmicos.

Ainda no tocante à infraestrutura, o campus conta também com os seguintes Setores Administrativos: Secretaria da Direção, Coordenação Administrativa, de Desenvolvimento Humano, a Ouvidoria, o Protocolo e a Reprografia, esta última terceirizada.

Com relação ao desempenho de atividades de formação de profissionais de Segurança Pública, conferir os currículos anexos, notadamente, dos professores Dimas José Batista, Altamiro de Araújo Lima Filho, Rodolfo Petrelli, Plábio Marcos Martins Desidério, Rogério dos Santos Siqueira, Tenente Sebastião Lima e 1º Sargento Renilson Teixeira Galvão, Vasni de Almeida. Estes docentes possuem uma atuação mais direta na formação dos operadores de segurança pública.

4.1. Biblioteca do Campus – Horário de Funcionamento

De segunda à sexta-feira: 7h30min às 22h:00 min
Sábado: 8hmin às 14h:min

4.1.1 Acervo

O acervo da Biblioteca supri a demanda de 7 (sete) cursos em licenciaturas e 3 (três) cursos em gestão são eles: Biologia, Física, Geografia, História, Letras, Matemática e Química; Cooperativismo, Logística e Turismo. Possui ainda, o acervo da pós graduação *strictu sensu*, separado do acervo geral.

O acervo é organizado de acordo com a **Classificação Decimal de Dewey** e o tipo de catalogação atende as normas do **AACR2**. O acesso as estantes é livre.

4.1.1.2. Divisão do Acervo por Área do Conhecimento

- **Livros**

ÁREA	TÍTULOS	EXEMPLARES
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	916	4566
CIÊNCIAS AGRÁRIAS	268	108
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	317	1924
CIÊNCIAS DA SAÚDE	165	248

CIÊNCIAS HUMANAS	5.388	15453
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	1522	4761
ENGENHARIA/TECNOLOGIA	213	615
LINGUISTICA, LETRAS E ARTES	3224	6254
OUTROS	233	1.116
TOTAL	12.086	35.205

- **Revistas**

ÁREA	TÍTULOS	EXEMPLARES
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	24	142
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	17	19
ENGENHARIA/TECNOLOGIA	7	43
CIÊNCIAS DA SAÚDE	14	143
CIÊNCIAS AGRÁRIAS	7	150
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	57	384
CIÊNCIAS HUMANAS	217	2043
LINGUISTICA, LETRAS E ARTES	40	299
TOTAL	383	3223

Base de dados: Acesso ao portal de periódicos da Capes.

Jornais: Assinatura de um jornal local.

Multimeios: Títulos (cd's, dvd's e fitas cassete).

Infraestrutura:

- Área – 270 m² (climatizada);
- 10 módulos de estudo individual;
- 19 mesas para estudo de grupo e 85 acentos;
- Sala de processamento técnico;
- Setor de circulação e atendimento.

Recursos Tecnológicos:

A biblioteca encontra-se informatizada, com seu acervo indexado na base de dados do Sistema SIE que agrega todas as bibliotecas da UFT oferecendo consulta online ao seu catálogo via internet. Como suporte para acessar estes recursos contamos com:

- 3 computadores (*atendimento, circulação*);
- 5 computadores (*3 processamento técnico, 2 sala das bibliotecárias*);
- 2 computadores para pesquisa ao acervo;
- 1 Impressora Laser Lexmark E342m (*processamento técnico*);
- 1 Impressora Fiscal Daruma (*atendimento*).

Serviços Oferecidos

- Empréstimos domiciliar (informatizado) para a comunidade acadêmica;
- Consulta local informatizada;
- Consulta online;
- Normalização de trabalhos acadêmicos;
- Elaboração de Ficha Catalográfica;
- Serviços de reservas de publicação;
- Pesquisa bibliográfica;
- Acesso aos periódicos da CAPES;
- Programas e conscientização para preservação do acervo;
- Visita orientada;
- Wireless

4.1.1.3 Políticas de Atualização e Expansão do Acervo

Atualizar o acervo bibliográfico em conformidade com a reformulação dos projetos Político-Pedagógico dos cursos de Graduação e Pós-Graduação. A seleção e aquisição de materiais obedecem aos seguintes requisitos:

- Autoridade: verificar junto aos professores a reputação do autor da obras, sua credibilidade;
- Atualidade: pertinência do assunto ao momento atual. (Observar que as Obras Clássicas não se limitam a sua data de publicação, elas possuem conhecimentos que ainda não estão ultrapassados);
- Cobertura: observar a temática do acervo da Biblioteca.

A expansão do acervo obedece a indicação da coordenação de cada curso, onde cada professor solicita as obras que atendem a sua disciplina.

Anualmente a UFT recebe recurso do governo federal para investi na compra de livros. O ano de 2014 marcou um diferencial que é o recurso exclusivo para compra de materiais especiais. O recurso liberado para este ano ficou assim dividido:

- R\$600.000,00 compra de livros;
- R\$200.000,00 para multimeios e normas técnicas;

Nos anos anteriores foram destinados R\$1.000,000,00 (um milhão) só para compra de livros.

4.1.1.4 Quadros de Pessoal Técnico Administrativo

Atendentes (Servidores)	5
Atendentes (Bolsistas)	3
Bibliotecários	3
Terceirizados	3

5. Objetivos:

5.1. Objetivo Geral

O objetivo geral do curso de especialização lato sensu “*Segurança Viária Urbana: problemas estruturais, desafios e alternativas gerenciais regional e local*” é promover capacitação e aprimoramento das aptidões, habilidades e competências dos operadores da justiça – policiais civis e militares – que gerem atitudes de sinergia e cooperação entre as instituições policiais e a comunidade da região.

5.2. Objetivos Específicos

Os objetivos específicos do curso em questão são todos especialmente pensados em razão da segurança no, do e para o trânsito no Estado do Tocantins:

- Priorizar a atuação preventiva (proativa) dos operadores da justiça agindo cirurgicamente para evitar-se a ocorrência de delitos, atenuando-se, assim, o emprego da atuação repressiva;
- Tornar mais presente e permanente a figura do policial junto a uma determinada comunidade;
- Valorizar a parceria e cooperação entre a Polícia e a comunidade na identificação dos problemas que lhes afetam, e consequente discussão destes problemas de modo compartilhado, buscando soluções e alternativas conjuntas;
- Proporcionar agilidade nas respostas aos desejos e às necessidades de proteção e socorro da comunidade, os quais são obtidos por meio de pesquisas constantes;
- Ampliar a visão sistêmica de defesa social, de segurança pública e de gestão compartilhada das políticas públicas;
- Gerar bancos de dados que possibilitem um maior controle e participação externa no planejamento e gerenciamento operacional, por parte da população, dos órgãos de controle, fiscalização e gestão;
 - Possibilitar ao policial uma atuação como planejador, solucionador de problemas e coordenador de reuniões para troca de informações com a população e com os órgãos de gestão do trânsito;
- Buscar a excelência organizacional, gerencial e cooperativa no área do trânsito.

6. Metas

6.1. Metas a serem atingidas:

As metas se dividem em qualitativas e quantitativas. As metas qualitativas dizem respeito à melhoria, aperfeiçoamento e elevação do padrão de qualidade do exercício da atividade policial e das instituições/órgãos de segurança pública no Estado. O curso tem como finalidade atingir as seguintes metas quantitativas entre 2014 e 2016:

1. Qualificar 40 policiais civis e/ou militares.
2. Produzir e submeter à publicação em média 10 artigos relativos à Segurança Pública, voltados para a temática do curso;
3. Promover um Evento de Extensão relativo à Segurança Pública ao final do curso, envolvendo os trabalhos monográficos e/ou artigos produzidos;
4. Contribuir para Revitalização dos 09 (Conselhos Comunitários de Segurança Pública) CCSP do Município;
5. Auxiliar, na medida do possível, na consolidação da AMTT – Agência Municipal de Transporte Terrestre
6. Assessorar na criação de 01 GGI em Segurança Pública no Município de Araguaína.

As metas quantitativas dizem respeito aos resultados e produtos que visamos alcançar com esta proposta de curso. Estas metas abrangem um espectro amplo atingindo o

curso e se prolongando após a sua realização, estão ainda vinculadas ao cronograma de desembolso, pois em cada fase de desenvolvimento e execução do curso pretende-se mensurar o grau de atendimento dessas metas.

Por outro lado, as metas qualitativas, sensíveis apenas a longo prazo, são as seguintes:

1. Apresentar e discutir questões teóricas e práticas voltadas à aquisição de conhecimentos e técnicas de planejamento e gerenciamento de segurança viária urbana, conforme novas exigências institucionais, do edital 01/2014 e da matriz curricular;
2. Congregar professores, pesquisadores e demais interessados para discussão sobre aplicação de resultados de pesquisas dirigidas às questões administração, operacionalização e execução de ações de policiamento na área de segurança do trânsito na cidade e no Estado;
3. Promover a melhoria do desempenho profissional, capacitando os pós-graduandos a adoção de novos e mais adequados métodos, conhecimentos e técnicas bem como na utilização de instrumentos tecnológicos úteis à sua profissão.

Para atingirmos essas metas dividimos o processo de desenvolvimento e execução, conforme o Edital 01/2014, em quatro (04) Etapas. As quais passam a ser descritas a seguir:

Etapa 1 – Nesta etapa iremos realizar:

A organização e execução do processo seletivo – que se subdivide em várias ações: a) divulgação do curso junto aos órgãos de segurança e nos meios de comunicação e mídia; b) lançamento do edital, divulgação; c) realização das provas objetivas e subjetivas, d) correção e divulgação dos resultados provisórios e definitivo, e) homologação e inscrição dos candidatos aprovados no curso. Esta **Etapa 1** transcorre temporalmente entre os meses de Outubro de 2014 e Novembro de 2014, momento em que ocorrerá o desembolso para o custeio de todas as despesas previstas para a etapa 1, os primeiros 12%, aproximadamente, do total solicitado, estimado em R\$ 27.936,19 (vinte sete mil novecentos e trinta e seis mil e dezenove centavos):

Meta 1: Atingir o quantitativo pretendido de quarenta discentes, bem como inscrever no mínimo 10 membros da sociedade civil, nesta primeira etapa a meta é meramente quantitativa. Pois, visamos basicamente atingir nosso público alvo.

Etapa 2: Nesta etapa iremos executar:

O desenvolvimento e realização do curso, isto é, dos módulos I e II, que se resumem basicamente *em atividade didático-pedagógica e produção de conhecimento acadêmico educacional*. Temporalmente a **Etapa 2** se desenrolará entre os meses de dezembro de 2014 junho de 2015, como já se disse, momento em que entre maio e junho de 2015 ocorrerá último desembolso para o custeamento de todas as despesas previstas para as etapas 1 e 2, 3 e 4, os 87%, aproximadamente, do total solicitado, estimado em R\$ 172.063,81 (cento e setenta e dois mil e sessenta e três reais e oitenta e um centavo):

Módulo I - Práticas de policiamento e de segurança pública no mundo contemporâneo.

Módulo II - Gestão Democrática: Direitos Humanos e Segurança Pública.

Meta 2: A finalidade nesta **Etapa 1 e 2** é proporcionar um conhecimento de alto nível aos operadores da segurança que passarem no processo seletivo. Desenvolvendo, em toda a sua plenitude, os conteúdos e metodologias educacionais projetados para cada disciplina. Bem como incentivar os alunos a realizar atividades extraclasse e extracurriculares ao curso oferecidos pelo MJ, conforme sugestão do Edital 01/2014.

Etapa 3: Nesta etapa continuaremos executar:

O desenvolvimento e realização do curso, isto é, dos módulos III e IV que concentram-se, especificamente, em atividades didático-pedagógicas e produção de conhecimento acadêmico educacional. Temporalmente a **Etapa 3** se consolidará entre os meses de junho de 2015 e dezembro de 2015, como já se disse, momento em que entre maio e junho de 2015 ocorrerá último desembolso para o custeamento de todas as despesas previstas para as etapas **1 e 2, 3 e 4**, os 87%, aproximadamente, bem como para a produção do conhecimento monográfico e, posterior, certificação dos alunos. O segundo desembolso, a ocorrer em maio, R\$ 172.063,81 (cento e setenta e dois mil e sessenta e três reais e oitenta e um centavos), finalizando o restante a ser concedido pela SENASP/RENAESP.

Módulo III - Gestão, Fiscalização e Cooperação em Segurança Pública, prevenir ou remediar?

Módulo IV - Gerenciamento da Segurança Viária Pública no Tocantins: Parceria Entre o Estado e a Sociedade.

Meta 3: A finalidade desta **Etapa 3** é proporcionar um conhecimento de alto nível aos operadores da segurança que passarem no processo seletivo. Desenvolvendo, em toda a sua plenitude, os conteúdos e metodologias educacionais projetados para cada disciplina. Bem como incentivar os alunos a realizar atividades extraclasse e extracurriculares ao curso. Visa atingir aquelas metas qualitativas descritas acima neste item 6 do projeto.

Etapa 4: Nesta etapa, o curso entrará na sua fase final, iremos executar:

A produção e defesas das monografias do curso, isto é, nesta Etapa: os discentes irão planejar e escolher os temas das monografias, escolher seus orientadores, Acompanhamento/Correção dos projetos, orientação da monografia, leituras e correção das monografias, confecção e defesa das monografias. Esta **Etapa 4** concentra-se, especificamente, em atividades de planejamento, orientação, leituras e correção e elaboração das monografias, fase tipicamente científica e de produção do conhecimento, essa **Etapa** se consolidará entre os meses de maio de 2016 a dezembro de 2016. É importante salientar que, como descrevemos no **item 11** deste projeto, há ainda nesta **Etapa** a previsão da Certificação dos alunos do curso.

Meta 4: A finalidade nesta **Etapa 4** é efetivar a escolha do tema, do orientador e das orientações a todos os 40 ou 50 alunos matriculados no curso. De sorte que, todos possam concluir suas monografias no tempo planejado, isto é, maio de 2016 a dezembro de 2016 bem como proporcionar àqueles que forem terminando e solicitando junto à PROPESQ/UFT, a certificação do curso. Atingindo aquelas metas quantitativas previstas.

7. Metodologia do curso

O curso em questão será regular e presencial, porém, com períodos de funcionamento específicos. Terá funcionamento às sextas-feiras e aos sábados. As disciplinas oferecidas obedecerão ao seguinte *procedimento metodológico geral*:

- I. Aulas expositivas dialogadas – nestas aulas o docente apresentará a fundamentação teórica e metodológica relativa ao ementário e conteúdo programático proposto;
- II. Aulas com estudos dirigidos e coordenados, em que se debaterão os temas e assuntos pertinentes ao conteúdo programático proposto;
- III. As aulas poderão se desenvolver em formato de seminários em que os discentes apresentarão e relatarão as pesquisas efetivadas a respeito do problema disciplinar em foco;
- IV. As aulas contarão com dinâmicas de grupo em todos os módulos, onde os grupos poderão discutir conteúdos programáticos apresentados em seminários ou propostos em debates;
- V. As aulas poderão recorrer ao uso de recursos audiovisuais, quando cabíveis, para ilustrar e aguçar a capacidade de argumentação por meio de diferentes tecnologias e linguagens sobre os temas dos conteúdos programáticos;
- VI. As aulas poderão recorrer à pesquisa da realidade circundante do discente, visando estimular a capacidade observação e experimentação, sempre que cabível e interconectado com os conteúdos programáticos;
- VII. As aulas poderão contar com o relato de sínteses textuais individuais sobre as pesquisas em andamento, favorecendo o debate e troca de experiências entre os educandos.

Todos esses procedimentos didático-pedagógicos devem favorecer um ambiente de cooperação, formação do senso crítico e espírito de liderança para a tomada de decisões diante de problemas concretos vivenciados na experiência profissional do futuro pós-graduado. Pois, segundo Montserrat Moreno (2006) *“Trata-se de encontrar contextos reais nos quais as noções a ensinar adquiram um significado...Uma aprendizagem construtivista caracteriza-se por desencadear processos mentais que ampliam a capacidade intelectual do indivíduo; assim, quando o dado é esquecido, a função adquirida permanece, e, com ela, a possibilidade de readquiri-lo facilmente”* Será neste amplo sentido interdisciplinar, transversal e construtivista, que as metodologias e procedimentos didático-pedagógicos deverão ser executados com os discentes de pós-graduação.

Desta forma, poderão ser trabalhados, como exercícios, atividades ou tarefas, temas transversais que, para Montserrat Moreno: *“... delimitam diferentes campos de observação que podem permitir uma avaliação inicial muito adequada”* pelos alunos *“...quanto a elementos fundamentais da educação. Assim, por exemplo, a questão da educação para a Paz levará a observar o nível de violência detectável...”* em diferentes circunstâncias que envolvem diversos grupos sociais, culturais, étnicos e de gênero, permitindo uma avaliação da situação de modo equilibrado.

Ou seja, um processo educacional que permita ao pós-graduando lançar vistas sobre os fenômenos sociais, políticos e culturais de modo amplo, profundo e sereno. Portanto, todos os esforços poderão ser mobilizados para atingir ou realizar atividades de caráter *interdisciplinar e transversal*, assim como os recursos audiovisuais, as técnicas e as tecnologias.

7.1. Avaliação (Vide Apêndice C)

7.1.1. Avaliação Formal

O processo de avaliação de desempenho do discente no curso constará dos seguintes instrumentos de aferição:

- a). Provas escritas
- b). Trabalhos escritos individuais: fichamentos, resumos, resenhas, *papers*, levantamentos bibliográficos;

- c). Trabalhos coletivos: seminário, oficinas, debate em grupo e dinâmicas coletivas;
- d). Pesquisas práticas na realidade local.
- e). Outras modalidades acadêmicas formais de avaliação adotadas pelos docentes do curso.

A utilização dos instrumentos de avaliação mencionados acima, visam observar o desenvolvimento das seguintes habilidades e competências nos discentes:

- a) Iniciativa na exploração dos conteúdos, temas e problemas de cada disciplina;
- b) Expressividade verbal e articulação de ideias;
- c) Capacidade de observação, correlação e analogia;
- d) Capacidade de cooperação e trabalho em equipe;
- e) Espírito de liderança e capacidade de motivação;
- f) Organização individual e coletiva;
- g) Planejamento e resolução de problemas concretos.

A avaliação por ser um procedimento sistêmico não pode deixar de considerar o curso no conjunto. Assim, a avaliação se estende aos professores, à coordenação do curso, ao atendimento burocrático e administrativo aos recursos humanos envolvidos no curso e às próprias instalações em que o curso será realizado.

7.1.1.2 Auto-avaliação:

A utilização dos instrumentos de avaliação mencionados acima, visam observar o desenvolvimento das habilidades e competências acadêmicas dos discentes do curso bem como permitir que cheguem ao autoconhecimento e a auto-avaliação de modo a ampliar seus potenciais de:

- a) Iniciativa na exploração dos conteúdos, temas e problemas de cada disciplina;
- b) Expressividade verbal e articulação de ideias;
- c) Capacidade de observação, correlação e analogia;
- d) Capacidade de cooperação e trabalho em equipe;
- e) Espírito de liderança e capacidade de motivação;
- f) Organização individual e coletiva;
- g) Planejamento e resolução de problemas concretos.

A avaliação por ser um procedimento sistêmico não pode deixar de considerar o curso no conjunto. Assim, a avaliação formal e auto-avaliação se estende aos segmentos envolvidos no curso professores, à coordenação, aos alunos, em suma, ao atendimento burocrático, pedagógico, didático, administrativo, aos recursos humanos e educativos do curso bem como às próprias instalações em que o curso será realizado.

7.2. Monografia/TCC

As monografias contemplarão os temas sugeridos no Edital de Credenciamento nº. 001/2007 do RENAESP bem como permitem uma margem de liberdade de escolha do tema pelos discentes. Ressalta-se que, ao final do curso, os alunos deverão apresentar e defender, publicamente, uma monografia relativa a uma pesquisa efetivamente realizada, sob a orientação de um dos docentes que atuaram no curso, que destinarão 10 h/a de cada disciplina para orientação e elaboração da monografia.

O orientador deve possuir titulação, igual ou superior, a de mestre e/ou especialista. A avaliação será feita por uma banca composta por três professores, indicados

pela Coordenação do Curso. A nota mínima para a aprovação será 7 (sete) em cada disciplina, bem como deverá ser a média atingida na monografia no momento de sua defesa. A frequência mínima é de 75% (setenta e cinco por cento) em cada disciplina.

Ao realizarem suas monografias os discentes terão oportunidade de rever e aprofundar constantemente os seus conhecimentos adquiridos durante o curso, pois é sugestão da Coordenação que o discente faça uma escolha prévia de um dos temas monográficos apresentados pelo Edital, que serão amplamente divulgados, o que proporcionará imediato contato com o tema, desenvolvendo assim a iniciação à pesquisa.

7.3. Certificação

A certificação do curso de pós-graduação Lato Sensu é regulada pela Universidade Federal do Tocantins seu Regimento Interno e Estatuto e gerenciada pela PROPESQ – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, podendo submeter-se, no que couber, aos ditames da legislação federal do Ministério da Educação.

8. Plano do curso:

Módulo I Práticas de policiamento e de segurança pública no mundo contemporâneo.

1. Disciplina: Metodologia de Pesquisa Científica.

Ementa: Instrumentos teóricos e práticos para elaboração de trabalhos científicos e acadêmicos. Procedimentos: problema, planejamento e execução. Técnicas de normalização. ABNT.

Objetivo: Identificar e analisar os diversos tipos de trabalhos acadêmicos: resumo, fichamento, resenha crítica, relatório, artigo e monografia. Produzir trabalhos acadêmicos, utilizando as normas da ABNT. Analisar as metodologias de levantamento, coleta, tratamento e análise de dados de pesquisas qualitativas, comparativas e quantitativas.

Carga Horária: 30 h/a

Metodologia:

Aulas expositivas e dialogadas a partir dos textos orientadores. Leitura de textos e realização de pesquisas. Realização de exercícios práticos relativos às normas técnicas e tipos de trabalhos acadêmicos; Relatórios de experiências, debates e troca de conhecimento acumulado ao longo da atividade profissional, estudos a partir da vida dos discentes bem como a realização de atividades pedagógicas que demonstrem a importância epistêmica e sistêmica da metodologia científica para o exercício racional e planejado dos estudos e da atividade profissional.

Bibliografia:

MOURA SOBRINHO, Jerônimo, SILVA, Sérgio Raimundo Elias da. *Considerações básicas sobre pesquisa em sala de aula*. In: Revista de Estudos da Linguagem. Vol. 1, n.º. 1, BH: Faculdade de Letras da UFMG, jan/jun, 1998, pp. 51-58.

SALOMON, Décio Vieira. *Como fazer uma monografia*. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

FRANÇA, Júlia Lessa. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. BH: Ed. UFMG, 2001.

LAKATOS, Eva M. e MARCONI, Marina de. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAKATOS, Eva M. e MARCONI, Marina de. *Metodologia Científica*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

- MINAYO, Maria Cecília de Souza. et. al. (Orgs.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- ANDRADE, Maria M. de. *Introdução à Metodologia do Trabalho Científico*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- CERVO, Amado L. e BERVIAN, Pedro A. *Metodologia Científica*. 5 ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2002.
- MÁTTAR NETO, João Augusto. *Metodologia Científica na Era da Informática*. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- SANTOS, Antonio Raimundo dos. *Metodologia Científica a Construção do Conhecimento*. 5. ed., São Paulo: DP & A, 2002.

2. Disciplina: O Sistema de Segurança Pública no Brasil.

Ementa: Processo de evolução do sistema policial e de controle social do crime. Desenvolvimento da instituição policial dos séculos XVIII ao XXI. Técnicas, as estratégias e as táticas de policiamento. Impacto da Declaração Universal dos Direitos do Homem sobre a concepção de policiamento e de crime no Brasil e no mundo. Abordagem teórica e sistêmica da Segurança Pública, da Criminalidade e da Violência. Segurança Pública como sistema de estruturas interligadas e autônomas.

Objetivo: Objetiva fornecer um quadro histórico geral da evolução do sistema policial no mundo moderno. Visa apresentar as principais mudanças ocorridas no sistema policial e as formas de controle social do crime dos séculos XVIII e XXI. Almeja demonstrar as estratégias de policiamento e os aprimoramentos dos instrumentos de combate à violência e à criminalidade na era moderna. Criar condições para que o profissional da área de Segurança Pública possa ampliar seus conhecimentos, exercitar suas habilidades e fortalecer uma atitude propositiva e proativa para a formulação de políticas públicas de segurança.

Carga Horária: 30 h/a.

Metodologia: Aulas expositivas e dialogadas a partir dos textos orientadores. Leitura de textos e realização de pesquisas. Também poderão ser adotados recursos como o relato de experiências com a implementação de debates e troca de conhecimento acumulado ao longo da atividade profissional, estudos e vida dos discentes.

Bibliografia:

- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Editora Vozes. Petrópolis. 2006.
- REALE, Miguel. Horizontes do Direito e da História. 3. ed. revista e aumentada. São Paulo: Editora Saraiva, 2000.
- FAUSTO, Boris. Crime e Cotidiano: a Criminalidade em São Paulo (1880-1924). 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001.
- AMÊNDOLA NETO, Vicente. História e Evolução do Direito Penal no Brasil, São Paulo, Julex.
- HOLLANDA, Cristina Buarque. Polícia e Direitos Humanos: política de Segurança Pública no primeiro governo Brizola [Rio de Janeiro: 1983-1986]. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005.
- JESUS, José Lauri Bureno de. Polícia Militar & Direitos Humanos: segurança pública, Brigada Militar e os Direitos Humanos no Estado Democrático de Direito. Curitiba: Juruá, 2011.
- BRODEUR, Jean-Paul. Como reconhecer um bom policiamento: problemas e temas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. p. 175-196.
- BITNER, Egon. Aspectos do trabalho policial. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. p.273-292.

BAYLEY, David H; SKOLNICK, Jerome H. Nova Polícia: inovações nas polícias de seis cidades norte-americanas. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. p. 223-246.

ROLIM, Marcos. A Síndrome da Rainha Vermelha: Policiamento e Segurança Pública no Século XXI. Rio de Janeiro: Zahar; Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006.

3. Disciplina: Educação no Trânsito: Ética, Direitos Humanos e Cidadania.

Ementa: Educação no Trânsito. Conceito. Princípios e normas de convivência. Ética e educação no trânsito. Direitos humanos e trânsito seguro. Ética, Cidadania e Direitos Humanos no Trânsito. Trânsito e sistema de ensino no Brasil. Educação no Trânsito e Segurança Pública.

Objetivo: A disciplina tem como objetivos básicos levar o aluno ao contato com a área de Educação no trânsito, busca estabelecer uma interface com as dimensões éticas e de direitos humanos. Visa construir uma postura humanizada do trânsito para gestores, condutores e pedestres. Enfatizará que todos têm direito a um trânsito seguro e que na hierarquia de consumidores das vias públicas o ser humano, isto é, o pedestre merece toda a atenção dos órgãos de gestão e planejamento. Visa consolidar o uso responsável, consciente e ético do sistema viário urbano. Objetiva consolidar uma postura preventiva, proativa e educativa no dia-a-dia do uso da malha viária urbana.

Carga Horária: 30 h/a

Metodologia: Aulas expositivas e dialogadas a partir dos textos orientadores; leitura de textos e realização de pesquisas. Também poderão ser adotados recursos como o relato de experiências com a implementação de debates e troca de conhecimento acumulado ao longo da atividade profissional, estudos e vida dos discentes.

Bibliografia:

BECKER, Fernando. Da ação à operação: o caminho da aprendizagem em J. Piaget e P. Freire. Porto Alegre, R.S., Palmarinca, 1983.

Bogue, E.A.T.; Ferreira, M.A.S.; Silva, M.H.G. 2008. Trânsito - “Educação, Participação e Consciência”. Curso de Mídias na Educação – Ciclo Básico – Universidade Federal de Campo Grande (MS).

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos Temas Transversais, Ética. vol. 10. Brasília: MEC/SEF, 1997.

Código de Trânsito Brasileiro - LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 - (Portaria nº 147/09)

CUNHA, Luiz Antônio. Os Parâmetros Curriculares para o Ensino Fundamental: Convívio Social e Ética. Cadernos de Pesquisa, nº 99, São Paulo, 1996.

DELORS, Jacques (Coord.). Os quatro pilares da educação. In: Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez.

DETRAN. Educação para o Trânsito na Escola: caminhos possíveis. Disponível em: <http://www.vivamais.rs.gov.br/upload/artigo>.

FERREIRE, Nilda Tevês. Cidadania: uma questão para a educação. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. Por uma pedagogia da pergunta. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. Tradução Moacir Gadotti e Lílian Lopes Martin. Rio de Janeiro, 1979

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à prática pedagógica.

Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Módulo II – Gestão Democrática: Direitos Humanos e Segurança Pública.

1. Disciplina: Fundamentos de gestão pública e planejamento viário urbano

Ementa: Administração Pública. Conceitos, Princípios. Paradigma burocrático e Gerencial. Gestão de Pessoal e de processo. Sistemas de Controle da Administração. Racionalização e eficiência Gestorial na área da Segurança pública. A segurança pública viária e a gestão. Planejamento viário urbano e acidentes. Gestão Pública e Democracia.

Objetivo: Apresentar aos alunos os conceitos e princípios básicos da Administração Pública. Discutir os paradigmas burocrático e gerencial. Refletir sobre gestão de pessoas e de processos. Analisar os sistemas de controle: racionalização e a eficiência na área e nas instituições de segurança pública, em particular, naquelas voltadas para a gestão de trânsito. Refletir sobre Gestão pública e Democracia no mundo contemporâneo, com foco em produtos e resultados. Problematizar a administração pública no campo da Segurança Pública no Brasil

Carga Horária: 30 h/a

Metodologia: Dentro de uma proposta interdisciplinar de trabalho busca-se a interlocução entre as duas temáticas propostas: fundamentos de gestão pública e a filosofia da polícia comunitária. Para tanto, propõe-se leituras de textos, estudo sobre os modelos gerenciais vigente na área da segurança pública, discussão grupal e realização de pré-projetos que possam, de forma experimental, dinamizar o cotidiano de trabalho dos participantes nos órgãos de segurança pública. Utilização, como recursos didático-pedagógicos, de Datashow, TV e vídeo, mapas do Brasil, do Tocantins e de Araguaína, com suas zonas de policiamento.

Bibliografia:

ALECIAN, Serge; FOUCHER Dominique. Guia de gerenciamento do setor público. Brasília: ENAP/Editora Revan, 2001.

AQUINO, Cléber Pinheiro D. G. Administração de recursos humanos: uma introdução. São Paulo: Atlas, 1981.

AKTOUF, Omar. O simbolismo e a cultura da empresa: os abusos conceituais às lições empíricas. In: CHANLAT, Jean François (Coord.). Os indivíduos na organização, v. 2, São Paulo: Atlas, 1993.

BALESTRERI, Ricardo. Qualificar o processo qualificando a pessoa: algumas contribuições à reflexão sobre capacitação de operadores policiais. 2006. Disponível em: <www.sp.df/sites/100/164/QUALIFICAROPROCESSOQUALIFICANDOAPESSOA.pdf> Acesso em: 20 jun. 2006.

BAYLEY, David H; Skolnick, Jerome H. Nova polícia: inovações na polícia de seis cidades norte-americanas. São Paulo: USP, 2002.

BORN, R. Desvendando o planejamento estratégico. Porto Alegre: Sulina, 2006.

BRAGA, R. Monteiro. Planejamento estratégico para instituições. São Paulo: Hoper, 2005.

CHIAVENATO Adalberto. Teoria geral da Administração. São Paulo: MccGraw-Hill, 1987.

FARAH M. F. et al. Novas experiências de gestão pública e cidadania. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

MOTTA, Paulo Roberto. Gestão contemporânea: a ciência e a arte de ser dirigente. Rio de Janeiro: Record, 1991.

2. Disciplina: Planejamento Urbano para Segurança no Trânsito

Ementa: Táticas, as estratégias e as formas de planejamento urbano e sociedade. Planejamento Urbano no contexto atual e suas perspectivas aplicadas à segurança no trânsito. Planejamento, Gestão Urbana e Segurança viária. Instrumentos Urbanísticos e processos

decisórios para gestão de trânsito e via públicas. Participação da comunidade como mecanismo para o desenvolvimento sustentável e acessibilidade urbana.

Objetivo: Analisar as formas de planejamento urbano estratégicos e sua aplicabilidade no âmbito da segurança do trânsito. Objetiva auxiliar e qualificar os processos decisórios por parte dos gestores da administração de trânsito.

Carga Horária: 30 h/a

Metodologia: A metodologia a ser aplicada para o estudo da disciplina, considerado o desenvolvimento, a participação e o interesse dos participantes, poderá e, preferencialmente, compreenderá a realização de: aula expositiva; aula dialogada; debates; incentivo ao raciocínio jurídico; orientação para a compreensão de texto científico; elaboração de trabalhos científicos; leitura de textos e realização de pesquisas. Também poderão ser adotados recursos como relato de experiências com a implementação de debates e troca de conhecimento acumulado ao longo da atividade profissional, estudos e vida dos discentes.

Bibliografia:

ARAÚJO FILHO, Valdemar Ferreira de. Antecedentes político-institucionais da questão metropolitana no Brasil. in CARDOSO, Elizabeth Dezouart & ZVEIBIL, Victor Zaluar (org). Gestão Metropolitana: experiências e novas perspectivas. Rio de Janeiro: IBAM, 1996.

AZEVEDO, Sérgio de. Planejamento, Cidades e Democracia: reflexões sobre o papel dos governos locais nos anos 90. In: DINIZ, Eli & LOPES, José S. L. & PRADI, Reginaldo (org.). O Brasil no Rastro da Crise. São Paulo: ANPOCS/IPEA/HUCITEC, 1994.

CINTRA, Antônio Octávio. Planejando as cidades: política ou não política. in CINTRA, Antônio Octávio, HADDAD, Paulo Roberto (org.) Dilemas do planejamento urbano e regional no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MATTOS, Carlos A. de. Estado, processos decisórios e planejamento na América Latina. In: CENDEC. Seminário Estado e Planejamento: os sonhos e a realidade. Brasília: 1988.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a Cidade. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: BERTRAND Brasil, 2002..

Ministério do Planejamento: www.planejamento.gov.br

Programa Nacional de Desburocratização: www.d.gov.br

Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento: www.gestaopublica.gov.br

Escola Nacional de Administração Pública: www.enap.gov.br/

Programa Qualidade no Serviço Público: www.qualidade.planejamento.gov.br

3. Disciplina: Geoprocessamento, Gerenciamento Urbano e Acidente de Trânsito: o Plano Diretor, gestão racional em segurança pública.

Ementa: Conceitos básicos em sensoriamento remoto e geoprocessamento. Técnicas de Interpretação de imagens de sensoriamento remoto. Aplicabilidade do geoprocessamento em projetos de planejamento estratégico e tático na área do gerenciamento de pessoas e de recursos técnicos. Gestão de políticas públicas e privadas orientadas para o policiamento e administração de recursos humanos, pessoais e orçamentários. O uso de imagens de satélites no estudo de ambientes transformados.

Objetivo: Apresentar aos alunos os conceitos básicos em sensoriamento remoto, as técnicas de sensoriamento remoto aplicadas ao geoprocessamento e a cartografia digital para elaboração de cartas e mapas temáticos, assim como as potencialidades do geoprocessamento como ferramenta de tomada de decisões em projetos de planejamento, organização e gestão de políticas públicas e privadas de administração de recursos humanos, técnicos e financiamentos.

Carga Horária: 30h/a

Metodologia: Leituras de bibliografias específicas na área do geoprocessamento e planejamento por sensoriamento remoto; utilização de recursos áudio-visuais, filmes que fortaleçam o debate de sistemas de controle por GPS e satélite no Brasil e no mundo, inclusive através da apresentação de exercícios e documentários; realização de seminários em grupo, no início e no final da disciplina; dinâmicas em grupo e trabalhos individuais.

Bibliografia:

ASSAD, E. e Sano, E. E. Sistema de Informações Geográficas: Aplicações na Agricultura. Brasília: EMBRAPA/CPAC, 1993.

FLORENZANO, T. G. Imagens de Satélites Para Estudos Ambientais. São Paulo: Oficina de Textos, 2002.

MOREIRA, M.A. Fundamentos do sensoriamento Remoto e metodologias de Aplicação. 3ª. ed. atual. ampl. -Viçosa: Ed. UFV, 2005.

ROSA, R. Introdução ao Sensoriamento Remoto. Uberlândia: EDUFU, 1995.

ROCHA, C. H. B. Geoprocessamento: Tecnologia Transdisciplinar. Juiz de Fora, MG: Ed. do Autor, 2000.

4. Disciplina: Órgãos Gestores: Competências de Gerenciamento e Fiscalização

Ementa: Administração Pública. Conceitos, Princípios. Paradigma burocrático e Gerencial. Gestão de Pessoal e de processo. Racionalização e eficiência Gestorial na área da Segurança pública. Planejamento, Gestão Urbana e Segurança viária. Órgãos Gestores: Competências de Gerenciamento e Fiscalização A segurança pública viária e a gestão. Planejamento viário urbano e acidentes. Gestão Pública e Democracia.

Objetivo: Apresentar aos alunos os conceitos e princípios básicos da Administração Pública. Discutir os paradigmas burocrático e gerencial. Refletir sobre gestão de pessoas e de processos. Analisar os sistemas de controle: racionalização e a eficiência na área e nas instituições de segurança pública, em particular, naquelas voltadas para a gestão de trânsito. Refletir sobre Gestão pública e Democracia no mundo contemporâneo, com foco em produtos e resultados adequados à realidade viária do Estado.

Carga Horária: 30 h/a

Metodologia: Dentro de uma proposta interdisciplinar de trabalho busca-se a interlocução entre as duas temáticas propostas: fundamentos de gestão pública e a filosofia da polícia comunitária. Para tanto, propõe-se leituras de textos, estudo sobre os modelos gerenciais vigente na área da segurança pública, discussão grupal e realização de pré-projetos que possam, de forma experimental, dinamizar o cotidiano de trabalho dos participantes nos órgãos de segurança pública. Utilização, como recursos didático-pedagógicos, de Datashow, TV e vídeo, mapas do Brasil, do Tocantins e de Araguaína, com suas zonas de policiamento e fiscalização do trânsito.

Bibliografia:

AZEVEDO, Sérgio de. Planejamento, Cidades e Democracia: reflexões sobre o papel dos governos locais nos anos 90. In: DINIZ, Eli & LOPES, José S. L. & PRADI, Reginaldo (org.). O Brasil no Rastro da Crise. São Paulo: ANPOCS/IPEA/HUCITEC, 1994.

CINTRA, Antônio Octávio. Planejando as cidades: política ou não política. in CINTRA, Antônio Octávio, HADDAD, Paulo Roberto (org.) Dilemas do planejamento urbano e regional no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

- MATTOS, Carlos A. de. Estado, processos decisórios e planejamento na América Latina. In: CENDEC. Seminário Estado e Planejamento: os sonhos e a realidade. Brasília: 1988
- BRAGA, R. Monteiro. Planejamento estratégico para instituições. São Paulo: Hoper, 2005.
- CHIAVENATO Adalberto. Teoria geral da Administração. São Paulo: MccGraw-Hill, 1987.
- FARAH M. F. et al. Novas experiências de gestão pública e cidadania. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- DENATRAN (1984). Manual de Segurança de Trânsito. Tomo I - Acidentologia. Departamento Nacional de Trânsito. Brasil.

Módulo III - Gestão, Fiscalização e Cooperação em Segurança Pública, prevenir ou remediar?

1. Disciplina: Noções de Engenharia de Trânsito e Prevenção de Acidentes

Ementa: Introdução a engenharia de tráfego. Introdução ao estudo da teoria de fluxo de tráfego. Capacidade de interseções. Dimensionamento semaforico. Segurança viária. Prevenção de Acidentes e Planejamento do fluxo de tráfego. Acidentologia.

Objetivo: A disciplina tem como objetivos básicos levar o aluno ao contato com a área Engenharia de tráfego e prevenção de acidentes. Busca estabelecer uma interface entre as dimensões planejamento de trafego e ações para redução e prevenção de acidentes. Visa enfatizar uma postura técnica, mas humanizada do transito para gestores, condutores e pedestres no uso das vias públicas. Enfatizará que todos têm direito à um transito seguro e que na hierarquia de consumidores das vias públicas o ser humano, isto é, o pedestre merece toda a atenção dos órgãos de gestão e planejamento particularmente quanto ao fluxo e sistemas de circulação. Visa consolidar o uso responsável, consciente e ético do sistema viário urbano. Objetiva consolidar uma postura preventiva, proativa e educativa no dia-a-dia do uso da malha viária urbana.

Carga Horária: 30h/a

Metodologia: Leituras de bibliografias específicas na área do direito penal e prisional; utilização de recursos audiovisuais, filmes que fortaleçam o debate de sistemas de prisão no Brasil e no mundo, inclusive documentários; realização de seminários em grupo, no início e no final da disciplina; dinâmicas em grupo e trabalhos individuais.

Bibliografia:

- DNIT (2006). Manual de Estudos de Tráfego – Versão Preliminar. Ministério dos Transportes. Brasília, DF. Brasil.
- LEITE, J. G. M. (1980) Engenharia de trafego: métodos de pesquisa, características de trafego, interseções e sinais luminosos. São Paulo: Companhia de Engenharia de Trafego, 360 p., São Paulo.
- PORTUGAL, L. S. (2005) Simulação de tráfego: conceitos e técnicas de modelagem. Rio de Janeiro: Interciacia,
- Complementar:
- AKISHINO, P. (1979). Estudos de Tráfego. Apostila do Curso de Graduação em Engenharia Civil. Universidade Federal do Paraná – UFPR. Curitiba, PR. Brasil.
- DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (1976). Guia de Fiscalização das Contagens Volumétricas. Ministério dos Transportes. Brasília, DF. Brasil.
- DENATRAN (1984). Manual de Segurança de Trânsito. Tomo I - Acidentologia. Departamento Nacional de Trânsito. Brasil.
- DNIT (2006). Manual de Estudos de Tráfego – Versão Preliminar. Ministério dos Transportes. Brasília, DF. Brasil.
- Curitiba – divisa SC/RS. Ministério dos Transportes, Brasília, DF.

HUTCHINSON, B. G. (1979). *Princípios de Planejamento dos Sistemas de Transporte Urbano*. Ed. Guanabara Dois S/A. Rio de Janeiro, RJ. Brasil.

MOREIRA, M. E. P. (1985). *Teoria da Dispersão de Fluxos de Tráfego: Análise e Contribuição*. Tese de Mestrado da COPPE/UFRJ. Rio de Janeiro, Brasil.

PEREIRA, A. L. (1988). *Teoria de Fluxo de Tráfego*. Notas de aula. Curso de Teoria do Fluxo de Tráfego. Programa de Engenharia de Transportes – COPPE/UFRJ. Rio de Janeiro, Brasil.

2. Disciplina: Estatística aplicada à segurança no trânsito.

Ementa: Introdução à Estatística. Aplicação da Estatística na área de segurança pública. Análise exploratória de dados. Noções de probabilidade. Amostragem e estimação. Testes de hipóteses. Distribuição de Frequência; Representação Gráfica. Aplicabilidade técnica e teórica. Estatística e Segurança Pública interfaces.

Objetivo: Introduzir o operador da segurança – policiais civis e militares – na arte de analisar e interpretar dados estatísticos. Demonstrar a importância da estatística nas ações cotidianas bem como para a aplicação na área de segurança pública pelo policial. Ressaltar que a Estatística é uma ferramenta útil para a compreensão da realidade, particularmente quando aplicada à segurança do trânsito. Mensurar e avaliar os impactos das informações produzidas no campo da segurança do trânsito – acidentes, volume de tráfego, aumento ou diminuição de frota, etc, para a compreensão da complexidade do trânsito na cidade, no estado e no país.

Carga Horária: 30 h/a

Metodologia: Aulas expositivas, leitura, discussão. Realização de testes e exercícios. Interpretação de quadros, tabelas e instrumentos estatísticos.

Bibliografia:

BARBETTA, P. A. *Estatística aplicada a ciências sociais. 6.ed. Florianópolis: UFSC, 2006.*

LAPPONI, J. C. *Estatística usando Excel*. Editora Elsevier. 4ª Edição. São Paulo, 005.

LOPES, C. E; COUTINHO, C.Q.S; ALMOULOU, S.A. *Estudos e reflexões em Educação Estatística*. 1 ed. Editora Mercado de Letras, Campinas – SP: 2010.

DONAIRE, D. MARTINS, G.A. *Princípios da estatística*. 4 ed. São Paulo: Editora Atlas, 1991.

NOVAES, V. N; COUTINHO, C, Q, S. *Estatística para Educação Profissional*. Editora Atlas. 1ª Edição, 2009.

TRIOLA, M. F. *Introdução a Estatística*, Rio de Janeiro-RJ: LTC. 9ª Edição.

VIEIRA, S. *Elementos de Estatística*. Editora Atlas. 4ª Edição.

3. Disciplina: Saúde e Segurança Viária Urbana, uma questão sistêmica.

Ementa: Saúde pública e segurança no trânsito. Sistema de Saúde e o sistema gestor do trânsito – Ciretran, Detran, Denatran – relações e implicações. Saúde, Trânsito e o SUS. Política pública de gestão do trânsito e sistema de saúde. SAMU e os atendimentos aos acidentes. Política Preventiva no Trânsito e Saúde Pública.

Objetivo: Objetiva estudar bases teóricas da gestão de serviços de saúde e suas aplicações no processo de trabalho de enfermagem no campo de segurança no trânsito. Visa instrumentalizar o aluno na compreensão dos impactos no campo da saúde pública dos acidentes de trânsito. **Analisar** dados sobre a saúde no Brasil e sua gestão

Carga Horária: 30h/a

Metodologia: Dentro de uma proposta interdisciplinar de trabalho busca-se a interlocução entre as duas temáticas propostas: Saúde pública e segurança viária urbana e polícia comunitária. Para tanto, propõe-se leituras de textos, estudo de casos, discussão grupal e realização de pré-projetos que possam, de forma experimental, dinamizar o cotidiano de trabalho dos participantes da disciplina. Utilização, como recursos didático-pedagógicos, de Datashow, TV e vídeo, mapas.

Bibliografia:

- CHIAVENATO. I. Introdução à Administração. São Paulo: Atlas.2000.
- _____. Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Campus. 1999.
- _____. Recursos Humanos. São Paulo: Atlas. 1995.
- CIANCIARULLO. T. Teoria e Prática em Auditoria de Cuidados. São Paulo: Cone. 1997.
- KURCGANT. P. Et alii. Administração em Enfermagem. São Paulo: EPU. 19991.
- LUCENA. M. Avaliação de Desempenho de Recursos Humanos. São Paulo: Atlas. 1995.
- MAXIMINIANO. M. Introdução à Administração. São Paulo: Atlas.1996.
- NETO. E. A Reforma Sanitária e o Sistema Único de Saúde: suas origens, suas propostas, sua implantação, suas dificuldades e sua perspectivas. In. BRASIL. Ministério da Saúde. Projeto Nordeste IEC. Incentivo à Participação Popular e Controle Social no SUS. Brasília:1994.
- NOVAIS. M. Gerenciamento Hospitalar: modelo simplificado. Rio de Janeiro: Cultura Médica. 1989.
- SANTOS.S. Administração Aplicada à Enfermagem. João Pessoa: Universitária UFPB. 1995.
- STONER. J. & FREEMAN. E. Administração. Rio de Janeiro: PHB. 1985.
- TAGARRA. N. Liderança e Assistência de Enfermagem. São Paulo: Concórdia. 1988.

4. Disciplina: Psicopatologia aplicada ao comportamento no Trânsito.

Ementa: Conceito e categorização das psicopatologias e os efeitos do trânsito sobre a saúde psicológica. Conceitos e concepções da Epidemiologia social para o entendimento das anomalias dos processos psicológicos. Psicopatologia aplicada ao comportamento no Trânsito. Enfermidades, Efeitos psicossomáticos dos comportamentos no trânsito. Diagnóstico, prognóstico, tratamento e prevenção. Aspectos críticos da percepção de disfunções psicológicas pelas causadas pelo transito. Transito e Saúde Concepções históricas de saúde e doença.

Objetivo: Objetiva realizar análise e estudo da psicologia aplicada às políticas públicas, especialmente às aquelas que visam compreender e prevenir doenças psicológicas decorrentes do uso inapropriado das vias públicas, considerando a etiologia do Estado, as demandas sociais e a constituição das políticas sociais. Apontando o papel do psicólogo no estudo de tais demandas individuais e coletivas por transito seguro e enfocando as políticas públicas de saúde em consonância com as políticas públicas de saúde, transito seguro. Visa, essencialmente, entender e levar o aluno a entender os graus de tensão e o comportamento dos condutores, pedestres e agentes de gestão do transito.

Carga Horária: 30h/a

Metodologia: Dentro de uma proposta interdisciplinar de trabalho busca-se a interlocução entre as duas temáticas propostas: somatizações, psicopatologias/doença e transito. Para tanto, propõe-se leituras de textos, estudo de casos, discussão grupal e realização de pré-projetos que possam, de forma experimental, dinamizar o cotidiano de trabalho dos participantes da disciplina. Utilização, como recursos didático-pedagógicos, de Datashow, TV e vídeo, mapas do Brasil, do Tocantins e de Araguaína.

Bibliografia:

DALGALARRONDO, P Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. Porto Alegre: Editora Artes Médicas do Sul, 2000.

KAPLAN, H.I; SADOCK, B.J. Compêndio de Psiquiatria- Ciências do Comportamento e Psiquiatria Clínica. Editora Artes Médicas, Porto Alegre.

OMS. Classificação Internacional de Doenças Décima Revisão - CID – 10

TABORDA, J.G.V. CHALUB, M. Abdalla-Filho, E, Psiquiatria Forense, Editora Artmed, 2004

MENDES, R. Patologia do Trabalho, Rio de Janeiro: Atheneu, Edições: 1995 e 2004

DEJOURS, Christophe. Biologia, psicanálise e somatização (1997). In Volich et. al. Psicossoma II- Psicossomática Psicanalítica. SP: Casa do Psicólogo, 1998.

Módulo IV - Gerenciamento da Segurança Viária Pública no Tocantins: Parceria Entre o Estado e a Sociedade.

1. Disciplina: Segurança no Trânsito: Indivíduo, Estado e Sociedade

Ementa: O trânsito: indivíduo e sociedade, funções e responsabilidades. Técnicas, as estratégias e as táticas de policiamento. Impacto da Declaração Universal dos Direitos do Homem sobre a concepção de policiamento no trânsito. Abordagem teórica e sistêmica da Segurança Pública. Direitos humanos e trânsito seguro. Ética, Cidadania e Direitos Humanos no Trânsito.

Objetivo: Conhecer em profundidade a legislação de trânsito, particularmente as infrações e crimes e o papel que deve desempenhar os órgãos de gestão. Visa também instrumentalizar os discentes para que percebam as funções de gerenciamento, planejamento e controle do trânsito.

Carga Horária: 30 h/a

Metodologia: Aulas expositivas e explicativas, leitura e discussões de textos, trabalhos individuais ou grupais; aulas práticas de manuseio e interpretação de legislação e normatização sobre legislação e gestão do sistema viário urbano com auxílio de computador e data show.

Bibliografia:

BRODEUR, Jean-Paul. Como reconhecer um bom policiamento: problemas e temas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. p. 175-196.

CINTRA, Antônio Octávio. Planejando as cidades: política ou não política. in CINTRA, Antônio Octávio, HADDAD, Paulo Roberto (org.) Dilemas do planejamento urbano e regional no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

FERREIRE, Nilda Tevês. Cidadania: uma questão para a educação. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

HOLLANDA, Cristina Buarque. Polícia e Direitos Humanos: política de Segurança Pública no primeiro governo Brizola [Rio de Janeiro: 1983-1986]. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005.

JESUS, José Lauri Bureno de. Polícia Militar & Direitos Humanos: segurança pública, Brigada Militar e os Direitos Humanos no Estado Democrático de Direito. Curitiba: Juruá, 2011.

MATTOS, Carlos A. de. Estado, processos decisórios e planejamento na América Latina. In: CENDEC. Seminário Estado e Planejamento: os sonhos e a realidade. Brasília: 1988.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a Cidade. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: BERTRAND Brasil, 2002.

2. Disciplina: Legislação de Trânsito e Órgãos Gestores

Ementa: Legislação de Transito. Conceitos. Princípios norteadores. Doutrina e Jurisprudência. CTB e os Órgãos de gestão – Detran, Denatran e Ciretrans

Objetivo: Conhecer em profundidade a legislação de transito, particularmente as infrações e crimes e o papel que deve desempenhar os órgãos de gestão. Visa também instrumentalizar os discentes para que percebam as funções de gerenciamento, planejamento e controle do transito.

Carga Horária: 30 h/a

Metodologia: Aulas expositivas e explicativas, leitura e discussões de textos, trabalhos individuais ou grupais; aulas práticas de manuseio e interpretação de legislação e normatização sobre legislação e gestão do sistema viário urbano com auxílio de computador e data show.

Bibliografia:

DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (1976). Guia de Fiscalização das Contagens Volumétricas. Ministério dos Transportes. Brasília, DF. Brasil.

DENATRAN (1984). Manual de Segurança de Trânsito. Tomo I - Acidentologia. Departamento Nacional de Trânsito. Brasil.

AMÊNDOLA NETO, Vicente. História e Evolução do Direito Penal no Brasil, São Paulo, Julex.

BRODEUR, Jean-Paul. Como reconhecer um bom policiamento: problemas e temas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

HOLLANDA, Cristina Buarque. Polícia e Direitos Humanos: política de Segurança Pública no primeiro governo Brizola [Rio de Janeiro: 1983-1986]. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005.

JESUS, José Lauri Bureno de. Polícia Militar & Direitos Humanos: segurança pública, Brigada Militar e os Direitos Humanos no Estado Democrático de Direito. Curitiba: Juruá, 2011.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara. Transporte urbano, espaço e equidade: análise das políticas públicas. São Paulo: Annablume, 2001.

BITNER, Egon. Aspectos do trabalho policial. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

3. disciplina: Normatização e fiscalização do transito: uma questão legal e social

Ementa: Legislação de Transito. Conceitos. Princípios norteadores. Doutrina e Jurisprudência. CTB e DETRAN, DENATRAN e CIRETRAN Normatização e fiscalização: diretrizes. As normas dos órgãos gestores.

Objetivo: Conhecer em profundidade a legislação de transito, particularmente as normas de controle e fiscalização bem como o papel que deve desempenhar os órgãos de gestão. Objetiva analisar as normas e os processos de sinalização no transito urbano Visa também instrumentalizar os discentes para que percebam as funções de gerenciamento, planejamento e controle do transito.

Carga Horária: 30 h/a

Metodologia: Aulas expositivas e explicativas, leitura e discussões de textos, trabalhos individuais ou em grupos. Aulas práticas de manuseio e interpretação de produtos de sensoriamento remoto com auxílio de computador e data show.

Bibliografia:

- RIZZARDO, Arnaldo. Comentários ao Código de Trânsito Brasileiro. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2007
- AMÊNDOLA NETO, Vicente. História e Evolução do Direito Penal no Brasil, São Paulo, Julex.
- HOLLANDA, Cristina Buarque. Polícia e Direitos Humanos: política de Segurança Pública no primeiro governo Brizola [Rio de Janeiro: 1983-1986]. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005.
- JESUS, José Lauri Bureno de. Polícia Militar & Direitos Humanos: segurança pública, Brigada Militar e os Direitos Humanos no Estado Democrático de Direito. Curitiba: Juruá, 2011.
- NOGUEIRA, Fernando Célio de Brito. Crimes do Código de Trânsito. 2. ed. Leme: J.H. Mizuno, 2010.
- PAGLIUCA, José Carlos Gobbis. Direito Penal do Trânsito. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000.

4. Disciplina: Direito do Trânsito: dos crimes e das penas

Ementa: Legislação de Transito. Conceitos. Princípios norteadores. Doutrina e Jurisprudência. CTB e os Órgãos de gestão – Detran, Denatran e Ciretrans

Objetivo: Conhecer em profundidade a legislação de transito, particularmente as infrações e crimes e o papel que deve desempenhar os órgãos de gestão. Visa também instrumentalizar os discentes para que percebam as funções de gerenciamento, planejamento e controle do transito.

Carga Horária: 30h/a

Metodologia: A metodologia a ser aplicada para o estudo da disciplina, considerado o desenvolvimento, a participação e o interesse dos participantes, poderá e, preferencialmente, compreenderá a realização de: aula expositiva; aula dialogada; debates; incentivo ao raciocínio jurídico; orientação para a compreensão de texto científico; elaboração de trabalhos científicos; leitura de textos e realização de pesquisas. Também poderão ser adotados recursos como relato de experiências com a implementação de debates e troca de conhecimento acumulado ao longo da atividade profissional, estudos e vida dos discentes.

Bibliografia:

- JESUS, Damásio E. de. Crimes de Trânsito: Anotações à parte criminal do Código de Trânsito. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008.
- NOGUEIRA, Fernando Célio de Brito. Crimes do Código de Trânsito. 2. ed. Leme: J.H. Mizuno, 2010.
- PAGLIUCA, José Carlos Gobbis. Direito Penal do Trânsito. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000.
- RIZZARDO, Arnaldo. Comentários ao Código Brasileiro de Trânsito. 8. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: RT, 2010. 752 p.
- AMÊNDOLA NETO, Vicente. História e Evolução do Direito Penal no Brasil, São Paulo, Julex.
- HOLLANDA, Cristina Buarque. Polícia e Direitos Humanos: política de Segurança Pública no primeiro governo Brizola [Rio de Janeiro: 1983-1986]. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005.

JESUS, José Lauri Bureno de. Polícia Militar & Direitos Humanos: segurança pública, Brigada Militar e os Direitos Humanos no Estado Democrático de Direito. Curitiba: Juruá, 2011.

BRODEUR, Jean-Paul. Como reconhecer um bom policiamento: problemas e temas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

BITNER, Egon. Aspectos do trabalho policial. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

8.1. Cronograma das disciplinas: (previsão 2014-2015)

Disciplina	C/H	Cronograma	Docente	Titulação	IES
Metodologia da Pesquisa Científica	30	20/12/2014 16/05/2015 21/11/2015	Vera L. Caixeta	Doutora	UFT
O Sistema de Segurança Pública no Brasil.	30	09, 10, 23 e 24 Jan./2015	Braz Batista Vas	Doutor	UFT
Direitos Humanos, Ética e Educação no Trânsito	30	13, 14, 27 e 28 Fev./2015	Vasni de Almeida	Doutor	UFT
Fundamentos de Gestão Pública e Planejamento Viário Urbano	30	13, 14, 27 e 28 Mar./2015	Plabio M. Martins Desidério	Doutor	UFT
Planejamento Urbano para Segurança no Trânsito	30	10, 11, 24 e 25 Abr./2015	Renilson Teixeira Galvão	Especialista	2º BPM Araguaína
Geoprocessamento, Gerenciamento Urbano e Acidente de Trânsito: o Plano Diretor, gestão racional em segurança pública.	30	8, 9, 22 e 23 Maio/2015	Luciano G. da Silva	Doutor	UFT
Órgãos Gestores; competências de gerenciamento e fiscalização.	30	5, 6, 12 e 13 Jun./2015	Tenente S. Lima	Especialista	2º BPM Araguaína
Noções de Engenharia de Trânsito e Prevenção de Acidentes	30	7, 8, 14 e 15 Ago./2015	Indira Macambira Bezerra	Mestre	ITPAC
Estatística aplicada à Segurança no Trânsito	30	21, 22, 28 e 29 Ago./2015	Fernanda Vital de Paula	Mestre	UFT
Saúde e Segurança Viária Urbana, uma questão sistêmica.	30	4, 5, 11 e 12 Set/2015	Vannusso Ferreira de Almeida Menezes	Especialista Téc. Administrativ o	UFT
Psicopatologia aplicada ao comportamento no Trânsito	30	18, 19, 25 e 26 Set./2015	Rodolfo Petrelli	Doutor	FACDO
Segurança no Trânsito: indivíduo, Estado e Sociedade	30	2, 3, 9 e 10 Out./2015	Rogério dos Santos Siqueira	Mestre	FACDO
Legislação de trânsito e órgãos gestores	30	23, 24 30 e 31 Out./2015	Célia Gonçalves do Nascimento	Mestre	UFT

Normatização e Fiscalização do Trânsito: uma questão legal e social	30	6, 7 13 e 14 Nov./2015	Dimas José Batista	Doutor	UFT
Direito do Trânsito: dos crimes e das penas	30	27, 28 e 4 e 5 Nov/Dez/2015	Altamiro de A. L. Filho	Especialista	ITPAC

Como se pode verificar o curso é um todo orgânico e interligado. As disciplinas que compõem os Módulos I, II, III e IV trazem no seu bojo as conexões e interfaces recomendadas pela *Matriz Curricular Nacional*, estão em sintonia com a moderna tendência pedagógica da **interdisciplinaridade** e da **transversalidade** e, sobretudo, obedecem ao que preconiza a legislação pertinente aos cursos de pós-graduação *Lato Sensu*.

As conexões existentes entre as disciplinas e os Módulos ficam patentes especialmente a partir do Módulo III – “*Gestão, Fiscalização e Cooperação em Segurança Pública, prevenir ou remediar?*” em que o curso começa a discutir e problematizar a necessidade de programas e ações, atitudes mais voltadas para a prevenção na área da segurança do trânsito.

Agregamos – sistêmica e organicamente – neste curso historiadores, geógrafos, policiais militares, psicólogo, engenheiro civil, enfermeiro e advogados; em suma, uma gama de profissionais que tem estudado ou analisam a realidade da segurança pública no país. Alguns desses profissionais já estão trabalhando com qualificação policial desde 2007, possuindo a experiência exigida pelo Edital 01/2014.

8.2. Critérios de inscrição e seleção

8.2.1. Da inscrição

O processo de inscrição ocorrerá entre **20/11/2014 e 20/12/2014**, com ampla divulgação e envolvendo os seguintes pré-requisitos:

- I. Possuir graduação em qualquer curso superior reconhecido pelo MEC, em conformidade com o que dispõe as Resoluções CNE/CES N° 1, de 3 de abril de 2001, alterada pelas Resoluções CNE/CES n° 1, de 8 de junho de 2007, n° 6, de 25 de setembro de 2009 e n° 7, de 08 de setembro de 2011
- II. Disponibilidade de tempo para desenvolver plena e efetivamente o curso de pós-graduação em seus horários e cronogramas;
- III. Ser operador da justiça – civil e militar – na ativa;
- IV. Apresentar os seguintes documentos, reconhecidos em cartório ou instituição competente para esse fim:
 - a. Curriculum vitae;
 - b. Termo de responsabilidade assinado e datado dentro do período de inscrições;
 - c. Termo de liberação ou licença assinado pelo superior hierárquico da corporação em que estiver lotado;
 - d. Duas fotos 3x4cm, recentes;
 - e. Cópia do RG, CPF;
 - f. Cópia do Título Eleitoral e do comprovante de votação nas últimas eleições;
 - g. Cópia de documento comprobatório de cumprimento das obrigações militares, para o sexo masculino;

- h. Cópia de diploma de ensino superior e/ou equivalente reconhecido pelo MEC, conforme legislação em vigor;
- i. Cópia de histórico escolar do ensino superior, de instituição reconhecida e/ou credenciada junto ao MEC, conforme legislação em vigor;
- j. Realizar um exame de seleção em duas fases: prova dissertativa e entrevista psicológica.

8.2.2. Da Seleção

A seleção dos candidatos será realizada orientando-se pelos seguintes critérios:

- I. Análise da documentação do candidato;
- II. Realização e aprovação nas duas fases probatórias, de caráter eliminatório e classificatório, exigidas na inscrição

9. Detalhamento dos Custos

Os recursos serão utilizados para a plena execução do curso de pós-graduação Segurança Pública: teoria e pratica no gerenciamento da Policia Comunitária no Estado do Tocantins. A execução do curso inclui receita e despesas. Iremos detalhar a seguir todos os custos/despesas envolvidos na realização do curso.

9.1 Planilha Geral: Receita e Despesas

Fonte da Receita	Parcial	Total
Mensalidade de 40 alunos (mínimo) - financiados pelo MJ/PRONSCI/SANASP/RE NAESP	R\$ 416,66667 X 12 X 40	200.000,00
ITEM		VALOR
PREVISÃO DE RECEITA ** (detalhar a fonte da receita e cronograma de desembolso)		
Mensalidade: 12 (meses) x40 (alunos) x 312,50		200.000,00
Total		200.000,00
PREVISÃO DE DESPESAS		
1 - Serviços de Terceiros P. Física (total)		168.540,00
Colaboradores eventuais especializados		34.000,00
coordenação do curso		45.040,00
Professores - aulas		54.450,00
Professores - orientação de monografia		3.480,00
Pofessores - defesas de monografias		3.480,00
Confecção da monografía		-
Encargos s/serviços (20% INSS)		28.090,00
2 - Serviços de Terceiros P. Jurídica (total)		4.130,74
Reprodução de documentos		4.130,74
Produção Bibliográfico		-
3 - Material de Consumo		1.329,26
Material de expediente		1.329,26
Material de limpeza		-
4 - Investimento (total)		-
Equip. e Material Permanente (móveis, máquinas, livros, aparelhos, etc)		-
5 - Despesas Administrativas		26.000,00
Despesas administrativas		26.000,00
TOTAL (RECEITA - PREVISÃO DE DESPESAS = 0)		-

9.2 Quadro de profissionais do curso

QUADRO DE PROFISSIONAIS DO CURSO				
ITEM	NOME	CARGO	C/H	VALOR
Docência	Vera Lúcia Caixeta	Docente	30	4.050,00
	Braz Batista Vas	Docente	30	4.050,00
	Altamiro de Araújo Lima	Docente	30	3.000,00
	Vasni de Almeida	Docente	30	4.050,00
	Tenente Sebastião Lima	Docente	30	3.000,00
	Renilson Teixeira Galvão	Docente	30	3.000,00
	Índira Macambira Bezerra	Docente	30	3.450,00
	Célia Gonçalves Nascimento	Docente	30	3.450,00
	Rogério dos Santos Siqueira	Docente	30	3.450,00
	Fernanda Vidal de Paula	Docente	30	3.450,00
	Rodolfo Petrelli	Docente	30	4.050,00
	Vannusso F. de A. Menezes	Docente	30	3.000,00
	Luciano da Silva Guedes	Docente	30	4.050,00
	Plábio M. M. Desidério	Docente	30	4.050,00
Dimas José Batista	Docente	30	4.050,00	
SUBTOTAL				54.150,00
ITEM	NOME	PARCELAS	VALOR UNITÁRIO	
Orientação Monográfica	Professores do Curso	40 (alunos)	87,00	3.480,00
Defesa de Monografia	Professores do Curso	40 (alunos)	87,00	3.480,00
Confecção da monografia	Discentes	40 (alunos)	-	-
Serviços de apoio administrativos, operacional e técnico de secretaria	Secretária do Curso	5 x	3.600,00	18.000,00
Serviço de faxina/copa	Faxineira/copeira	5 x	2.000,00	10.000,00
Aplicador de provas	Aplicador	1x	2.000,00	2.000,00
Corretor de Provas		1x	4.000,00	4.000,00
Assessoria/consultoria	Assessoria	3x	-	-
Coordenação	Coordenador do Curso	5 x + 1x	7.800,00 + 6.040,00	45.040,00
SUBTOTAL				86.000,00
TOTAL GERAL				140.450,00

9.2.1 Quadro sinóptico do currículo dos Docentes: (extraídos de forma resumida do sítio www.cnpq.br)

Dr. Dimas José Batista

Possui graduação em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (1995), Mestrado em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (1998) e Doutorado em História Social pela USP, na área de concentração História Social (2008). Atualmente é professor Adjunto nível II da Universidade Federal do Tocantins. Têm experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Império, atuando nos seguintes campos de pesquisa de: História do Brasil Império, História do Brasil República,

História e Direito, História Regional do Brasil, História da Marginalização Social, Exclusão e Cidadania. Tem orientado em diversas áreas bem como na da Segurança Pública desde 2008.

Dr. Braz Batista Vas

Possui graduação em História pela UNESP/Campus de Franca (1997), mestrado em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (2000) e Doutorado pela UNESP/Campus de Franca (2011). Atualmente é professor Adjunto Nível I da Universidade Federal do Tocantins. Tem experiência na área de História, com ênfase em Brasil Império e em História Latino-americana, pesquisando principalmente os seguintes temas: guerra do Paraguai, exercito, exercito brasileiro, logística e, também, História do Judiciário em Araguaína-TO. Atua desde 2009 no curso de pós-graduação em Segurança pública possuindo algumas monografias como orientador na área de Segurança.

Esp. Altamiro de Araújo Lima Filho

Possui graduação em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal de Pernambuco (1971) e graduação em Licenciatura (História) pela Universidade Católica de Pernambuco (1972). É professor e advogado criminalista, com obras publicadas nas áreas de Direito Penal e de Direito Processual Penal.

Dr. Vasni de Almeida

Possui graduação em História pelo Centro Universitário Barão de Mauá (1992), mestrado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP/Franca (1997) e doutorado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP/Assis (2003). Atuou como professor do Ensino Fundamental e Médio no ensino público e privado na região de Ribeirão Preto, SP, na década de 1990. Atuou como docente nas Faculdades São Luís, de Jaboaticabal, SP, no curso de Pedagogia, onde ministrou as disciplinas História, Sociologia e Filosofia da Educação. Na Faculdade do Professor, de Ribeirão Preto, SP, lecionou História da Educação, Fundamentos Teóricos e Metodológicos das Ciências Sociais. Desde 2005 é professor do Curso de História da Universidade Federal do Tocantins, UFT, Campus de Araguaína, no qual ministra a disciplina História da Educação. Tem experiência na área de História, com ênfase em História da Educação e Ensino de História, atuando principalmente nos seguintes temas: cultura, educação, metodismo, educação protestante e sociedade e práticas de ensino de História. Na UFT participou das duas versões do Projeto Pró-Docência, responsabilizando-se pela produção de material didático sobre História da Educação. De abril de 2007 a abril 2011 Coordenou o Curso de História da UFT/Campus de Araguaína. Desde 2010 é editor da Escritas, revista do Colegiado de História da UFT/Campus de Araguaína.

Esp. Vannusso Ferreira de Almeida Menezes

Graduação em Enfermagem pelo Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos, Brasil(2008) ENFERMEIRO da Fundação Universidade Federal do Tocantins, Brasil.

Dr. Rodolfo Petrelli

Possui graduação em História e Filosofia – Universitá Pontificia Salesiana Roma (1963), graduação em teologia - Universitá Pontificia Salesiana Roma (1967), mestrado em psicologia - Universitá Pontificia Salesiana Roma (1973) e doutorado em psicologia pela mesma instituição (1989). Atualmente é membro da Associação Goiana de Psicodiagnóstico Rorschch e professor aposentado da PUC/GO.

Esp. Tenente Sebastião Lima

Possui graduação em História pela Universidade Federal do Tocantins (2007). Especialização em Segurança Pública no curso de pós-graduação “Segurança Pública: teoria e prática no gerenciamento da Polícia Comunitária no Estado do Tocantins pela UFT (PRONASCI/SENASP/RENAESP/NUPEV/UFT) (2009). Atualmente é adjunto da Seção Técnica de Ensino do 2º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Tocantins, em Araguaína. Tem experiência na área de polícia comunitária e policiamento comunitário.

ME Fernanda Vital de Paula

Graduada em Matemática. Mestrado em Estatística Aplicada e Biometria pela Universidade Federal de Viçosa, Brasil(2011) Professora Assistente de Matemática da Fundação Universidade Federal do Tocantins, Brasil

ME Célia Gonçalves do Nascimento

Possui graduação em Bacharel em Direito, pós-graduação Lato Sensu e Mestrado. Tem experiência na área de Direito Público e Privado, direito civil, processo civil, direito do consumidor. Atua como professora da UFT desde 2012, atuou como professora de Direito da Faculdade Católica D. Orione.

Esp. 1º Sargento Renilson Teixeira Galvão.

Possui graduação em História pela Universidade Federal do Tocantins. Especialização em Segurança Pública no curso de pós-graduação “Segurança do Trânsito. Atualmente é atua na fiscalização do trânsito do 2º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Tocantins, em Araguaína. Tem experiência na área de polícia comunitária e policiamento comunitário e trânsito

Dra. Indira de Queiroz Macambira Bezerra

Graduada em Engenharia Civil pela Universidade da Amazônia (1999). Mestre em Geotecnia pela USP (2002). Atua como professora de e coordenadora do curso de Engenharia civil do ITPAC.

Dra. Vera Lúcia Caixeta

Doutora em História Social pela UFRJ, com a tese: Médicos, padres, sertões: o norte de Goiás no relatório de Arthur Neiva e Belisário Penna e nas narrativas dos seus interlocutores goianos, sob a orientação da Dr. Jacqueline Hermann. Mestre em História Cultural pela Universidade de Brasília (2003), com a dissertação intitulada: Saberes e Poderes Compartilhados: as Parteiras em Minas Gerais no Século XIX, orientada pela Dra. Diva do Couto Muniz. Desde novembro de 2005 é professora da Fundação Universidade Federal do Tocantins na área de Metodologia da Pesquisa em História.

Dr. Plábio Marcos Martins Desidério

Doutor em Comunicação pela Universidade de Brasília (2013). Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (2004). Professor da Universidade Federal do Tocantins. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia da Cultura, atuando principalmente nos seguintes temas: sociologia da comunicação, mídia, televisão, telenovela, gênero, cultura popular, cultura urbana, mídias sociais.

Dr. Luciano da Silva Guedes

Possui Graduação em Geografia (Bacharelado) pela Universidade Federal da Paraíba (1999), mestrado em Geodinâmica pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2002) e é doutor em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). É Professor Assistente

do Curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins, campus de Araguaína. Tem experiência na área de Geociências, com ênfase em Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: Cartografia Digital, Sensoriamento Remoto, Estudo Socioambiental e Ensino de Geografia. É professor dos cursos de especialização em Desenvolvimento Regional e Urbano e Segurança Pública: Teoria e Prática do Gerenciamento de Polícia Comunitária.

ME Rogério dos Santos Siqueira

Possui graduação em Bacharel em Direito pela Faculdades Metropolitanas Unidas FMU/SP (2002), pós-graduação Lato Sensu em Processo Civil pela PUC/SP (2004), e Mestrado em Direitos Difusos e Coletivos pela UNIMES – Universidade Metropolitana de Santos (2008). Tem experiência na área de Direito Público e Privado, direito civil, processo civil, direito do consumidor. Atua como Defensor Público na Defensoria Pública do Pará desde 2007, e como professor de Direito da Faculdade Católica D. Orione também desde de 2008 bem como no curso de pós-graduação Lato Sensu em Segurança Pública promovido pela UFT.

10. Prazo de Execução – (2014-2016)

10.1 Processo Seletivo – Descrição

Mês/Ano	Dia	Horário	Descrição
Nov./2014	20	Das 08h:00min às 17h:30 min	Divulgação do curso, do Edital de inscrições e de seleção, Início das inscrições
Dez./2014	20	Das 08h:00min às 17h:30 min	Encerramento das inscrições
Dez./2014	22	08h:00min.	Divulgação do tema da prova escrita
	23	Das 08h00min às 12h00min	Aplicação da Prova Escrita – objetiva
	23	Das 14h00min às 18h00min	Aplicação da Prova Escrita – subjetiva
	24	12h00min	Publicação do Resultado Provisório
Dez./2014	30	12h00min	Publicação do resultado final

10.2 – Cronograma de Execução dos Módulos I A IV (2014-2016)

Mês/Ano	Dia		Horário Noite/manhã/tarde	Descrição	
	Início	Término		Ação/Fase	
Jan./2015	03/01/15	03/01/15	07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo I	Metodologia da Pesquisa Científica.
Jan./2015	09/01/2015 10/01/2015	23/01/2015 24/01/2015	19h:00 a 22h:30 07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo I	O Sistema de Segurança Pública no Brasil.
Fev./2015	13/02/2015 14/02/2015	27/02/2015 28/02/2015	19h:00 a 22h:30 07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo I	Direitos Humanos, Ética e Educação no Trânsito.

Mar./2015	13/03/2015 14/03/2015	27/03/2015 28/03/2015	19h:00 a 22h:30 07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo II	Fundamentos de Gestão Pública e Planejamento Viário Urbano.
Abr./2015	10/04/2015 11/04/2015	24/04/2015 25/04/2015	19h:00 a 22h:30 07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo II	Planejamento Urbano para Segurança no Trânsito.
Mai./2015	08/05/2015 09/05/2015	22/05/2015 23/05/2015	19h:00 a 22h:30 07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo II	Geoprocessamento, Gerenciamento Urbano e Acidente de Trânsito: o Plano Diretor, gestão racional em segurança pública.
Mai./2015	16/05/2015	16/05/2015	07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo II	Metodologia da Pesquisa Científica.
Jun./2015	05/06/2015 06/06/2015	12/06/2015 13/06/2015	19h:00 a 22h:30 07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo II	Órgãos Gestores; competências de gerenciamento e fiscalização.
Ago./2015	07/08/2015 08/08/2015	14/08/2015 15/08/2015	19h:00 a 22h:30 07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo III	Noções de Engenharia de Trânsito e Prevenção de Acidentes.
Ago./2015	21/08/2015 22/08/2015	28/08/2015 29/08/2015	19h:00 a 22h:30 07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo III	Estatística aplicada à Segurança no Trânsito.
Set./2015	04/09/2015 05/09/2015	11/09/2015 12/09/2015	19h:00 a 22h:30 07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo III	Saúde e Segurança Viária Urbana, uma questão sistêmica.
Set./2015	18/09/2015 19/09/2015	25/09/2015 26/09/2015	19h:00 a 22h:30 07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo III	Psicopatologia aplicada ao comportamento no Trânsito.
Out./2015	02/10/2015 03/10/2015	09/10/2015 10/10/2015	19h:00 a 22h:30 07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo IV	Segurança no Trânsito: indivíduo, Estado e Sociedade.
Out./2015	23/10/2015 24/10/2015	30/10/2015 31/10/2015	19h:00 a 22h:30 07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo IV	Legislação de trânsito e órgãos gestores
Nov./2015	06/11/2015 07/11/2015	13/11/2015 14/11/2015	19h:00 a 22h:30 07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo IV	Normatização e Fiscalização do Trânsito: uma questão legal e social
Nov./2015	21/11/2015	21/11/2015	07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo IV	Metodologia da Pesquisa Científica
Nov./Dez./2015	27/11/2015 28/11/2015	04/12/2015 05/12/2015	19h:00 a 22h:30 07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo IV	Direito do Trânsito: dos crimes e das penas.

10.3 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS MONOGRAFIA E CERTIFICAÇÃO (2015-2016)

Mês/Ano	Data		Descrição Ação/Fase
	Início	Término	
Dez/Jan./2015- 16	10/12/2015	10/01/2016	Planejamento dos Projetos

Fev./2016	10/01/2016	30/03/2016	Escolha do Tema/Orientador do Projeto
Mar./Abr./2016	30/03/2016	30/04/2016	Orientação da Monografia
Abr./Mai/2016	30/04/2016	30/05/2016	Leituras e correção Monografia
Mai./Jun./2016	30/05/2016	30/06/2016	Confecção Monografia
Jun./Jul./2016	30/06/2016	30/07/2016	Defesa das Monografias
Jul./Dez./2016	30/07/2016	08/11/2016	Certificação

11. Cronograma de execução

Processo Seletivo – detalhamento da execução em 2014			
Mês/Ano	Dia	Horário	Descrição
Nov./2014	20	Das 08h:00min às 17h:30 min	Divulgação do curso, do Edital de inscrições e de seleção, Início das inscrições
Dez./2014	20	Das 08h:00min às 17h:30 min	Encerramento das inscrições
	22	08h:00min.	Divulgação do tema da prova escrita
Dez./2014	23	Das 08h00min às 12h00min	Aplicação da Prova Escrita – objetiva
	23	Das 14h00min às 18h00min	Aplicação da Prova Escrita – subjetiva
	24	12h00min	Publicação do Resultado Provisório
Dez./2014	30	12h00min	Publicação do resultado final

Módulos – Detalhamento da Execução dos Módulos em 2014 e 2015					
Mês/Ano	Dia		Horário Noite/manhã/tarde	Descrição	
	Início	Término		Ação/Fase	
Jan./2015	03/01/15	03/01/15	07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo I	Metodologia da Pesquisa Científica.
Jan./2015	09/01/2015 10/01/2015	23/01/2015 24/01/2015	19h:00 a 22h:30 07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo I	O Sistema de Segurança Pública no Brasil.
Fev./2015	13/02/2015 14/02/2015	27/02/2015 28/02/2015	19h:00 a 22h:30 07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo I	Direitos Humanos, Ética e Educação no Trânsito.
Mar./2015	13/03/2015 14/03/2015	27/03/2015 28/03/2015	19h:00 a 22h:30 07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo II	Fundamentos de Gestão Pública e Planejamento Viário Urbano.
Abr./2015	10/04/2015 11/04/2015	24/04/2015 25/04/2015	19h:00 a 22h:30 07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo II	Planejamento Urbano para Segurança no Trânsito.
Mai./2015	08/05/2015 09/05/2015	22/05/2015 23/05/2015	19h:00 a 22h:30 07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo II	Geoprocessamento, Gerenciamento Urbano e Acidente de Trânsito: o Plano

					Diretor, gestão racional em segurança pública.
Mai./2015	16/05/2015	16/05/2015	07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo II	Metodologia da Pesquisa Científica.
Jun./2015	05/06/2015 06/06/2015	12/06/2015 13/06/2015	19h:00 a 22h:30 07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo II	Órgãos Gestores; competências de gerenciamento e fiscalização.
Ago./2015	07/08/2015 08/08/2015	14/08/2015 15/08/2015	19h:00 a 22h:30 07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo III	Noções de Engenharia de Trânsito e Prevenção de Acidentes.
Ago./2015	21/08/2015 22/08/2015	28/08/2015 29/08/2015	19h:00 a 22h:30 07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo III	Estatística aplicada à Segurança no Trânsito.
Set./2015	04/09/2015 05/09/2015	11/09/2015 12/09/2015	19h:00 a 22h:30 07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo III	Saúde e Segurança Viária Urbana, uma questão sistêmica.
Set./2015	18/09/2015 19/09/2015	25/09/2015 26/09/2015	19h:00 a 22h:30 07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo III	Psicopatologia aplicada ao comportamento no Trânsito.
Out./2015	02/10/2015 03/10/2015	09/10/2015 10/10/2015	19h:00 a 22h:30 07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo IV	Segurança no Trânsito: indivíduo, Estado e Sociedade.
Out./2015	23/10/2015 24/10/2015	30/10/2015 31/10/2015	19h:00 a 22h:30 07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo IV	Legislação de trânsito e órgãos gestores
Nov./2015	06/11/2015 07/11/2015	13/11/2015 14/11/2015	19h:00 a 22h:30 07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo IV	Normatização e Fiscalização do Trânsito: uma questão legal e social
Nov./2015	21/11/2015	21/11/2015	07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo IV	Metodologia da Pesquisa Científica
Nov./Dez./2015	27/11/2015 28/11/2015	04/12/2015 05/12/2015	19h:00 a 22h:30 07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo IV	Direito do Trânsito: dos crimes e das penas.

Monografias e Certificação – Detalhamento da Execução em 2015 e 2016			
Mês/Ano	Data		Descrição Ação/Fase
	Início	Término	
Dez./Jan./2015- 16	19/12/2015	10/01/2016	Planejamento dos Projetos
Fev./2016	10/01/2016	30/03/2016	Escolha do Tema/Orientador do Projeto
Mar./Abr./2016	30/03/2016	30/04/2016	Orientação da Monografia
Abr./Mai/2016	30/04/2016	30/05/2016	Leituras e correção Monografia
Mai./Jun./2016	30/05/2016	30/06/2016	Confecção Monografia
Jun./Jul./2016	30/06/2016	30/07/2016	Defesa das Monografias
ul./Dez./2016	30/07/2016	08/11/2016	Certificação

12. Continuidade das ações

As ações do NUPEV/UFT não se esgotam com a realização do curso de pós-graduação Lato Sensu, ao contrário, elas se estendem em três dimensões: i. Fortalecimento da parceria com os órgãos de segurança pública; ii. Prestação de assessoria e consultoria na área de segurança pública e iii. Capacitação, treinamento e promoção de eventos de curta e média duração.

Essas três dimensões de atuação serão aprofundadas da seguinte forma:

No campo das parcerias: iremos desenvolver com o 2ºBPM um trabalho de conservação da memória histórica da instituição policial, tendo em vista que ela possui um acervo documental que remete à década de 1930. No campo do ensino iremos propor, após a realização do curso de pós-graduação: 01 workshop e 01 curso curto de treinamento junto aos Conselhos Comunitários de Segurança Pública (CCSP) para que tanto os policiais como os conselheiros comunitários possam coletar informações sobre as realidades socioeconômicas e ambientais das comunidades. Obtendo assim um panorama das demandas e dos problemas enfrentados pelas comunidades em que se localizam os CCSP.

No campo da extensão pretendemos propor aos órgãos de segurança pública locais e estaduais a execução de palestras educativas e preventivas contra a violência; sobre cidadania direitos humanos, relações de gênero e outros temas fundamentais para o fortalecimento das relações sociais e humanas e da cidadania.

No tocante à assessoria e consultoria iremos auxiliar na elaboração do projeto do primeiro GGI do interior do Estado.

Por fim, no tocante à dimensão de capacitação, treinamento e eventos iremos propor, periodicamente, a realização de pelo menos 01 workshop, 01 treinamento de abordagem psicossocial e 01 evento de curta ou média duração.

Ações de caráter permanente, eventuais e periódicas que facilitam a introjeção daquelas atitudes e comportamentos fundamentais para a penetração cada vez maior da filosofia da polícia comunitária em nossa sociedade tanto em Araguaína como no Estado como um todo. Essas são em linhas gerais as ações que pretendemos empreender para a continuidade das boas práticas que o curso de pós-graduação inicia e a Universidade e o NUPEV/UFT pretendem prolongar, gerando um efeito duradouro, constante e permanente na sociedade brasileira, tocantinense e araguainense.